



Universidade de Brasília  
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinar  
Observatório dos Povos Indígenas e suas Infâncias  
*Pesquisa sobre Povos Originários e suas Infâncias no Brasil*

**Pesquisa: Povos Originários e suas Infâncias no Brasil**

# **Análise situacional das condições de vida e acesso às políticas públicas das crianças indígenas**

**Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias**

**Pesquisador**  
Marcelo Moreira Neumann

**São Paulo, Setembro de 2024**

## **Ficha Técnica Relatório Específico**

Universidade de Brasília - UnB

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM

Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias - OPOInfâncias

---

## **Relatório Geral Final**

*Relatório Final de Pesquisa sobre Povos Originários e suas Infâncias no Brasil*

---

## **Relatório Específico:**

*Análise situacional das condições de vida e acesso às políticas públicas das crianças indígenas*

---

## **Autoria**

Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias (OPOInfâncias)

---

## **Diretor do CEAM**

Mário Brasil

## **Coordenadora do OPOInfância**

Maria Lúcia Pinto Leal

## **Coordenadora Geral da Pesquisa**

Vanessa Maria de Castro

---

## **Responsável pelo Relatório Específico:**

Marcelo Moreira Neumann

---

## **Financiamento:**

*Esta pesquisa foi financiada por intermédio de emenda parlamentar da Deputada Erika Kokay, do Distrito Federal, no ano de 2023.*

---

## **Realização:**



## **Parcerias:**



---

## **Citação**

REIS, Maria America Ungaretti Diniz. *Análise do Acesso às Políticas Públicas das Crianças e Jovens Indígenas nos Contextos Urbanos e em Situação de Vulnerabilidade - Crianças e Jovens Excluídos(as) e Invisíveis*. In: *Pesquisa: Povos Originais e suas Infâncias no Brasil*. Pesquisa integrante do Observatório dos Povos Indígenas e suas Infâncias (OPOInfâncias), Centro de Estudos de Antropologia e Mobilização Social (CEAM), Universidade de Brasília (UnB). Rio de Janeiro: OPOInfâncias, agosto de 2024.

**Relatório disponível no site:** <https://opoinfancias.unb.br/>

---

## **Dados da pesquisa**

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 76336723.9.0000.5540, conforme as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília.

---

## Sumário

1. METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	4
2. RESULTADO E DISCUSSÃO	6
2.1 O ser, os jogos e as brincadeiras de crianças indígenas	6
2.2 A educação para as crianças indígenas	9
2.3 - Saúde de crianças indígenas	13
2.4 - Direitos de Crianças Indígenas	18
2.5 - Violências e Violência Sexual contra Crianças Indígenas	25
2.5.1 - Infanticídio	25
2.5.2. Violência (Geral)	27
2.5.3 - Violência Sexual	29
2.5.6 - Pesquisas / Antropologia / Migração	33
3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

# ANÁLISE SITUACIONAL DAS CONDIÇÕES DE VIDA E ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DAS CRIANÇAS INDÍGENAS

Marcelo Moreira Neumann<sup>1</sup>

## 1. METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar por meio da revisão bibliográfica da literatura a “infância indígena”. Foram estudados os trabalhos científicos publicados em revistas, periódicos, artigos sobre as crianças indígenas brasileira, nos últimos anos, especialmente no período de 2020 até 2023.

Foi considerado para todos os efeitos que o conceito criança, seria aquele ser em condições peculiares de desenvolvendo de 0 até 12 anos. Alguns artigos não trataram epistemologicamente da distinção de criança e adolescente, como também não faziam diferenças entre faixas etárias ou infância, adolescência e juventude.

O método contempla a revisão bibliográfica de caráter integrativa/narrativa/analítica. Na revisão narrativa procurou colher nos textos histórias de determinados temas indígenas, levando-o a compreensão dos fenômenos que ocorrem na narração, tais como: as percepções e as tendências das infâncias indígenas. Como categoria central a relação das políticas públicas com a criança indígena a partir de escritores, pesquisadores indígenas, indigenistas (aqueles que conhecem a cultura e/ou militam na causa dos povos indígenas) e pesquisadores não-indígenas.

Utilizou-se inicialmente a plataforma de busca do Google-Acadêmico, que ajudou a localizar trabalhos científicos que estavam em outras plataformas como: Scielo e BVS-Bireme/Lilacs/Medline, por exemplo. Houve o refinamento de busca específica nessas plataformas como foram acrescentadas outras como os artigos que estão vinculados ao Violes e ao Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias. Foram selecionados os materiais dos últimos quatro anos (2020/21/22/23) em língua portuguesa-Brasil e alguns trabalhos relevantes que foram publicados em 2019 e nos primeiros meses de 2024, que serão apresentados no decorrer do texto. As palavras chaves buscadas à priori foram: “Criança” ou

---

<sup>1</sup> Mestre em Psicologia Social, Doutor em Serviço Social pela PUC-SP; Professor e Supervisor da Universidade Presbiteriana Mackenzie na área de Psicologia Jurídica e Direitos Sociais, Família, Políticas Públicas e Pesquisa; Supervisor dos Serviços de Proteção às Vítimas de Violência do município de São Paulo; Pesquisador do Violes e OPOInfâncias da UnB.

“crianças indígenas”, “infância indígena” ou a substituição do termo indígena, pela etnia procurada em específico.

Foram separadas as 10 principais etnias indígenas do Brasil, de acordo com o senso de 2010, destaca-se: Tupi-Guarani, Ticuna, Xavante, Potiguara, Macuxi, Pataxó, Yanomami, Guajajara, Terena e Kaingang. Procuramos também de outras etnias que estavam associados as essas 10 principais e/ou outras como as etnias: Maxacali, Warao e os Carajás.

Os critérios de inclusão, além dos anos e as palavras chaves, foram a questão indígena brasileira e temas indígenas que discutiam a infância indígena. Como critérios de exclusão foram desconsiderados artigos de anos não selecionados, menor de 2019; realidades indígenas de outros países, títulos e resumos dos materiais que não se adequavam aos objetivos do presente estudo – como por exemplo artigos que tratavam a questão indígena em um todo, de forma geral, sem qualquer especificação de etnias e principalmente não citavam a questão da criança ou infância indígena no título ou no resumo.

Não foram considerados os trabalhos de conclusão de curso -TCC, monografias dos diversos cursos de graduação no Brasil. Observa-se um crescimento de temas relacionados a questão indígena e alguns trabalhos de TCC trazem a infância indígena.

Artigos indexados a algumas plataformas de pesquisa e de Universidades, ou de Revistas científicas pagas, nas quais precisam de inscrição para acesso do material não foram considerados, pois dificultam o acesso aos artigos e materiais produzidos. Um exemplo de artigo não utilizado é sobre o “Suicídio Indígena: uma revisão de literatura” produzido em 2023. Ele pode trazer aspectos sobre a criança indígena, ou de alguma etnia específica, mas não foi considerado pois a criança não é o “objeto central da pesquisa”. Ela não é a protagonista do problema de pesquisa trazida pelos autores.

Foram desconsiderados os artigos que tratavam diretamente das mulheres ou jovens indígenas, visto que o objetivo é tratar das crianças ou infâncias indígenas. No caso dos artigos da educação, muitos artigos foram considerados por tratar de crianças até 12 anos de idade.

Os textos escolhidos foram divididos em 6 categorias, a saber:

O ser, os jogos e as brincadeiras das crianças indígenas; A educação para as crianças indígenas; Saúde de crianças indígenas; Direitos de Crianças Indígenas; Violências e Violência Sexual contra Crianças Indígenas; e Pesquisas / Antropologia / Migração.

## 2. RESULTADO E DISCUSSÃO

### 2.1 O ser, os jogos e as brincadeiras de crianças indígenas

Nessa categoria de análise obtivemos 6 artigos, inicialmente classificados por “brincar” e criança(s)/ infância indígena. Foi procurado também a relação da palavra em português “brincar” e suas derivações com etnias indígenas brasileiras específicas. Por exemplo no artigo “Brinquedos, jogos e brincadeiras Akwê-Xerente” os autores fazem uma revisão da literatura e utilizam de uma abordagem etnográfica, compõe o estudo por meio de fotografias, filmagens e de entrevista com o cacique da aldeia para apresentar o contexto lúdico de formação histórico-cultural das crianças indígenas Akwê-Xerente. No resumo do artigo, apresenta sinteticamente os resultados da pesquisa publicada pela Revista Pensar a Prática, 2020:

“Foram observados quinze tipos de brincadeiras ou jogos, que são realizados quase diariamente. Algumas dessas brincadeiras apresentam cunho cultural diferenciado e estão relacionadas à cultura da etnia e à preparação da vida adulta (Bringel et al., 2020).”

As atividades foram categorizadas: 1) contingência física/exercício sensório motor; 2) contingência social; 3) simbólica ou imaginativa; 4) turbulentas agonísticas; 5) jogos de construção; 6) jogos de regras. Dentre as brincadeiras destacam-se: Kmôti – Peão, Wdêwraqua - Carrinho de mão, Aitkerêbaktôsihâzumze – Bonequinha, Têkwa - Perna de pau, Zekuktênãhãkbasêiprã - Animais de barro, Wakrowdê- Arco e flecha, Tkinâkrdassakrêmno - Brincadeira de Revezamento, Warrîmbahâdanôkrêze - Brincadeiras de roda, Wdênâdatkrsaikurmnô - Subida em árvores, Wdêkrukrânâkrdasihâzumze- Brincadeira da melancia, Sikmôkâtôsikakrapre- O gavião e a galinha, Sikakrapre - A galinha e seus pintinhos, entre outras. Das 15 brincadeiras, 11 foram categorizadas como brincadeira de contingência física/exercício sensório motor.

Outro artigo que podemos destacar é “A visão do Brincar na cultura indígena brasileira” (2021) a autora, aponta a importância do lúdico no processo de aprendizagem e transmissão cultural de cada etnia de forma singular. A transmissão dos conhecimentos é realizada pelos adultos por meio dos afazeres e atividades do cotidiano da aldeia, ou na participação das crianças nos rituais e festividades. Dado a proximidade das crianças com os adultos, as crianças brincam, imitando as atividades e reproduzem o mundo cultural da família e da comunidade em que estão inseridas. O artigo publicado na Revista Farol em

dezembro de 2021, utilizando-se da pesquisa bibliográfica básica de caráter descritivo, utiliza-se das referências das pesquisas do IBGE – Censo de 2010, FUNAI e webpage do projeto “Povos Indígenas no Brasil Mirim” criado pelo Instituto Socioambiental (ISA) (Junior Pereira, 2021).

Outros dois artigos vão fazer a conexão entre os ambientes das aldeias indígenas e a tecnologia. “Crianças indígenas: o brincar ao ar livre e o transtorno de déficit da natureza” (Borges et al., 2023) e “Brincadeiras indígenas do povo Tembé do alto rio Guamá: diálogo entre a tradição e a modernidade” (Souza et al., 2019). O primeiro artigo propõe comparar a educação indígena que ocorre ao ar livre e a educação das crianças contemporâneas, no modo de vida da era digital, criando um distanciamento da natureza e um profundo mal-estar gerando um Transtorno do Déficit de Natureza. A pesquisa se orientou por livros e artigos científicos e utilizou-se das narrativas e memórias de uma acadêmica indígena, sobre suas experiências e lembranças de sua infância.

“Tomávamos bastante banho no Rio Mequens e brincávamos o tempo inteiro, pegávamos frutas, andávamos de canoa, e quando dava vontade de cair no rio, a gente caía no rio. Foi uma infância tranquila. Comecei a estudar nessa comunidade aos oito anos e estudei até meus treze anos. Não tenho do que reclamar da minha infância, até os treze anos quando mudei para a cidade. Aí, sofri vários preconceitos, por não estar alfabetizada assim do jeito que era na cidade, mas no meio do meu povo sempre fui uma criança feliz”. (apud Borges et al. , 2023)

Na conclusão os pesquisadores mostram a necessidade de aprimorar o olhar no modo de vida e educação das crianças indígena com espaços da natureza para garantir a sensibilidade necessária ao desenvolvimento das capacidades cognitivas das crianças (Borges et al., 2023; Souza et al., 2019).

O segundo artigo faz referência as brincadeiras do povo Tembé e sua relação com a tradição e a modernidade. Os autores do estudo fizeram um levantamento bibliográfico e trabalho de campo entrevistando alguns indígenas. O problema da pesquisa refere-se as influências tecnológicas nas tradições e nas brincadeiras indígenas, especialmente no povo Tembé (Souza et al., 2019).

Na conclusão as autoras mostram uma influência clara nos jogos e brincadeiras pelo acesso aos recursos tecnológicos, permitindo que crianças fiquem entretidas em jogos virtuais e os adultos navegando na internet e redes sociais. Assim como foi percebido uma troca dos brinquedos artesanais pelos brinquedos industrializados que são comprados nos centros urbanos (Souza et al., 2019).

Entretanto outro artigo “Infância Indígena Apinayé: reflexões sobre o ser criança na aldeia” publicado em 2023, defende a infância Apinayé como reprodução da vida adulta, vivenciada por meios dos ritos, tradições e costumes do povo indígena, as crianças não só reproduzem o que lhes é ensinado, mas inventam, criam, transformam, brincam, elaboram e constroem pela cultura de pares (Locatelli; Resende, 2023).

Nesse artigo o modo de ser criança indígena é tecida entre as brincadeiras, responsabilidades e aprendizagens nas aldeias Apinayé. A relação do corpo e as interações com a natureza e a infância indígena é um modo de entender o jeito que essas crianças estão no mundo (Locatelli; Resende, 2023).

Entrementes, o artigo “Perspectivas etnográficas e infâncias indígenas: modos de ser das crianças Asuriní e Baniwa” publicado pela Revista da Funarte em 2020, traz uma importante investigação acerca das crianças dessas duas etnias. Embora a infância ocorra em culturas distintas a questão do “brincar-experimentar-trabalhar-descobrir-aprender” acontece em ambientes similares, tendo o rio, as águas e os pátios como elementos sociais fundamentais na maneira de ser dessas crianças (Marqui; Miranda, 2020).

Outros 10 trabalhos conectam com esse tópico e que não foram aprofundados na análise, mas estão presentes na bibliografia do presente trabalho

**Considerações sobre o ser, os jogos e as brincadeiras de crianças indígenas :** as pesquisas trazem as brincadeiras de crianças indígenas como expressões do cotidiano de seus povos, e especialmente no contexto de aldeamento a natureza é o elemento essencial da vida das crianças que se desenvolvem suas potencialidades cognitivas, afetivas, motoras e de sociabilidade na interação dos espaços das matas, florestas, rios e lagos. No contexto urbano as crianças indígenas perdem o espaço com a natureza, os brinquedos artesanais são trocados pelos industrializados que gradativamente vão esquecendo de suas raízes históricas e culturais. Portanto há recomendações dos povos indígenas para o resgate e a manutenção dos jogos e brincadeiras nativas de cada etnia para o não apagamento da história social, cultural e histórica.

## 2.2 A educação para as crianças indígenas

Dentre as publicações relacionando criança(s)/infância indígena ou etnias específicas e as palavras chaves “Educação, Escola(s), Escolar(es) , Ensino, Aprendizagem(ns), Material didático ou literatura” obtivemos 105 materiais bibliográficos, sendo 23 dissertações, 3 teses, 4 livros e/ou capítulos de livros, 7 revistas científicas e 68 artigos publicados entre 2019 e 2024.

As etnias mais citadas foram: Mbya-Guarani – 4 publicações; Kaingang e Guarani – 3; Pataxó – 3; e com 2 publicações foram citadas os Xavantes, Ticuna, Guajajara, Terena, Warao e o Yanomami.

Pode-se dividir os materiais bibliográficos em estudos ou pesquisas produzidas em escolas e processos de educação que ocorrem em contexto de aldeamento ou no contexto urbano. Outro debate em destaque envolve a questão pedagógica e a preparação dos docentes para transmitir os conhecimentos respeitando os valores e a maneira de ser dos indígenas. Mesmo entre educadores indígenas exige-se uma formação inclusiva dentro das diretrizes curriculares nacionais.

Será citado alguns artigos de relevância para a discussão desse tópico, dentro de uma lógica de inclusão dos critérios políticos, étnicos ( exemplos de educação de uma determinada etnia indígena), a didática e o papel dos professores no processo ensino aprendizagem, o conceito de Ailton Krenak sobre alianças afetivas e a pedagogia intercultural.

O artigo “ Políticas Públicas para indígenas: da educação básica ao ensino superior” , publicado em 2020, as autoras já apontavam que na II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena” realizada em 2017 e os dados do INEP, havia mostrado um aumento ao acesso a educação básica e superior dos indígenas, após ações governamentais antes de 2019, como a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão -SECADI, que representou um grande retrocesso as políticas públicas para a população indígena (Luciano et al., 2020).

Entretanto a Revista Thema publicou em 2023 o artigo “O desafio amazônico da inclusão de disciplina sobre Educação Escolar Indígena no processo de formação inicial docente não indígena”. Os autores coletaram os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de formação docente de instituições de ensino público e particular e não encontraram disciplinas para esse debate. Esse aspecto pode impactar no diálogo intercultural no sistema de ensino básico e “pode implicar na negação da cultura dos povos e dos processos educacionais próprios de cada povo acerca da educação” (Simas; Menezes; Jesus, 2023).

Neste sentido muitos artigos apontam a necessidade de melhoria na educação indígena em todos os aspectos. Alguns textos são propositivos como “O que pode a educação das crianças indígenas ensinar para as escolas voltadas para a educação das infâncias? O artigo de 2022, se debruça em teorias sociológicas e filosóficas por entender que essas obras são originais, atemporais e podem contribuir para a ampliação de uma “Pedagogia Indígena” para orientar a educação infantil, visto, como as crianças indígenas friccionam com a vida, experienciando seus mundos de uma forma singular.

Os desafios da educação indígena no contexto urbano podem sintetizar em trabalhos que tratam do tema: “Crianças indígenas em escolas urbanas: da educação inclusiva à educação inter/multicultural”, de 2020; a dissertação de Clotildes Martins Morais, defendida no mesmo ano sobre “Crianças Kaiowá e Guarani em uma escola urbana na cidade de Dourados/MS”; o artigo de 2021 “Interculturalidade e infância indígena no contexto urbano: concepções de um grupo de professoras da educação Infantil”. Esses artigos exemplificam sobre a necessidade de fazer muito mais em direção de uma educação inter/multicultural no sentido de contemplar uma “educação para todos”, como é o caso desse primeiro artigo (Morais, 2020).

Já a dissertação procura investigar por meio da etnografia o processo de ensino-aprendizagem de crianças Guarani e Kaiowá inseridas em uma escola urbana. A partir da observação participante no cotidiano escolar a pesquisadora procurou verificar as práticas pedagógicas e as interações sociais das crianças indígenas com a comunidade escolar. A compreensão da autora passa por diferentes fatores pedagógicos e socioculturais presentes no processo de escolarização das crianças indígenas, entre eles, destacam-se: “condições de vida dos estudantes nas aldeias, dificuldades por eles enfrentadas para chegar à escola, não compreensão da língua portuguesa, falta de interação social nas salas de aulas, metodologias e instrumentos avaliativos utilizados pelos professores” (Morais, 2020).

O texto da área da educação também estudou crianças indígenas das etnias Guarani e Kaiowá que vivem no Mato Grosso do Sul. Foi aplicado um questionário com questões abertas e fechadas para as professoras da educação infantil da rede municipal. Houve um entendimento das relações e comportamentais entre alunos indígenas-professoras, detalham sobre um ambiente intercultural e conclui sobre a importância de uma educação híbrida como um caminho para não aculturação da infância indígena (Morais, 2020).

Neste mesmo sentido o artigo “O currículo e a produção das identidades/diferenças de crianças indígenas em espaço escolar” de 2020, que utilizou de observação participante e de conversas com professores. Os pesquisadores chegam as mesmas conclusões, nas quais o

corpo docente que atua com as primeiras etapas da formação escolar, não têm dificuldades de reconhecer as diferenças “mas de realizar práticas pedagógicas que não discrimine, exclua, hierarquize e nem trate as crianças indígenas, como “iguais” ...”(Vieira; Nascimento; Urquiza et al. 2020), assim possa construir com elas um espaço dialógico e de novos conhecimentos.

A tese apresentada em 2023 com o título “Jajogueroguata Teko Porã Re: Ensino de Ciências e Alianças Afetivas junto às Escolas Municipais Mbya-Guarani em Maricá (RJ)” defendida por Daniel Ganzarolli Martins utiliza-se do conceito de alianças afetivas cunhado pelo Ailton Krenak para mostrar a importância na construção de novos significados para o ensino de ciências em escolas indígenas e não indígenas. O pesquisador desenvolveu seu estudo cartográfico em comunidades escolares das aldeias Ara Hory e Ka’ aguy Ovy Porã, ambas da etnia Mbya Guarani situadas na região de Maricá(RJ) (Martins, 2023).

Essa tese é importante para refletir sobre o ensino de ciências e outros conhecimentos nas aldeias indígenas e a suas relações com os Juruás – palavra que designa o não indígena na língua guarani. Com seu diário de campo o pesquisador se articulou pelos seguintes eixos:

“1) As cosmopolíticas dos seres mais que humanos que habitam as aldeias e suas escolas, focando especialmente nos vínculos mantidos com os animais, as plantas e a Mata Atlântica; 2) O corpo e seus movimentos, diferenças e processos; a profunda conexão do corpo com a yvy rupa, “o leito terrestre”; 3) A decolonização da linguagem; a incompreensão, o estranhamento e o intraduzível da língua guarani na perspectiva de um juruá; 4) O caminhar em direção ao teko porã, que pode ser traduzido de forma simplificada como “Bem Viver”, mesmo em territórios fragilizados, e a importância da espiritualidade na resistência histórica do povo Mbya para manter seus modos de ser; 5) O papel dos professores, sejam juruás ou não, diante das lutas travadas pelos povos indígenas. (Martins, 2023)

O presente trabalho é um excelente exemplo de mergulho de um professor juruá na cultura Mbya Guarani e dado a complexidade e questionamentos é difícil traduzir objetivamente as ricas descobertas, entre eles destacam-se: Jexarau – Sonho - o despír o pensamento colonizador e colonizado; Cosmopolíticas e alianças afetivas; Jeroguata – Caminhamos juntos em espírito – explicar a metodologia da pesquisa e escutar e entender o contexto das aldeias; Aendu – Escuto – entendimento da cosmopolítica, corpo e língua entre outros aspectos. Mas como o próprio autor narra em suas conclusões, que as experiências vividas em 4 anos de doutoramento com os povos indígenas fizeram entender a perspectiva indígena de ciências e tecnologia, bem com a observação silenciosa e contemplativa dos espaços das aldeias, buscou estar atento aos gestos e sutilezas da vida no cotidiano das comunidades indígenas (Martins, 2023).

E não poderia deixar de reproduzir a canção que o autor inseriu na página 89 de sua tese:

Criança, Crionça...A onça era sonsa Sónsa de nascença Chegava de manso para encher a pança... Sem pedir licença Jabuti, teiú, tucano, tatu Macaco, sagui, preguiça, preá, quatiá, quati...Não tinham descanso Jabuti, teiú, tucano, tatu Macaco, sagui, preguiça, preá, quatiá, quati... Não tinham descanso... Mas uma criança Chamou a resposta' ...Criou uma dança: a dança da onça...Criança, crionça, crionça, criança Dançando essa dança...A onça desonça Despança, dispensa ...Sua comilança e hoje só pensa em dançar a dança... Criança, crionça, crionça, criança...Criança, crionça, crionça, criança...Criança, crionça, crionça, criança. Compositores: Augusto De Campos / Cid Campos ( apud Martins, 2023)

Outro exemplo de trabalho da educação nas aldeias é o artigo: “Quando a educação infantil é na aldeia: narrativas de professores indígenas em formação” publicado em 2023. Ele propõe a discutir a formação de professores à partir de suas narrativas pessoais da infância, suas etnias e experiências de como as crianças vivem em suas comunidades e nas escolas indígenas. Participaram do estudo educadores do curso de Pedagogia Intercultural Indígena no Vale do Javari (AM), as narrativas foram produzidas a partir das disciplinas “Infâncias e Escola Indígena” e “Estágio Supervisionado”, no âmbito do Programa de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) (Bettioli; Sobrinho, 2023)

Os autores chegaram à conclusão que as narrativas dos professores indígenas são riquíssimas para a compreensão das formas de viver a infância e isto é transmitido nos processos educacionais com as crianças indígenas, mas “ressignificam a proposta pedagógica numa feição indígena que se alinhe aos seus modos próprios de educar e cuidar” (Bettioli; Sobrinho, 2023).

<p><b>Considerações sobre educação para as crianças indígenas:</b> No microcosmo apresentado, nesse tópico, da relação educação para crianças indígenas pode-se apreender novas formas de ensinar e viver a aprendizagem dentro de uma outra lógica: que fogem a do</p>
---

mercado, do pensamento formal e da racionalidade ocidental de mundo. A educação indígena passa por uma compreensão intercultural, de troca de experiências, nas quais a oralidade tem um espaço tão importante quanto a educação visual. A aprendizagem passa pelas brincadeiras, pelo lúdico e pelas alianças de afeto e que podem ser referências para o processo de aprendizagem da cultura ocidental. Já são notadas as diferenças dos processos de aprendizagens que ocorrem de crianças/adolescentes indígenas no contexto de aldeamento e no contexto urbano, devendo todos os entes governamentais e não-governamentais evitar o apagamento histórico e combater o ensino colonial. Portanto as diretrizes curriculares de todas as escolas que atuam com indígenas deveriam estar preparadas e devem respeitar os valores étnicos-culturais visando um ensino inter/multicultural e para isto deve existir melhor preparação dos docentes para a transmissão dos saberes das diversas etnias.

### **2.3 - Saúde de crianças indígenas**

Os materiais bibliográficos com temas relacionados à área da Saúde, foram encontrados 45 textos no total, sendo 41 artigos, 2 dissertações, 1 livro e 1 Guia na área de enfermagem que vamos descrever adiante. Os materiais concentraram-se nos anos de 2022 com 8 textos e 9 em 2023. Foram considerados 4 textos de 2019 e 2 do corrente ano, e em 2020 e 2021 em plena pandemia da Covid 19 foram publicados 6 textos em cada ano, respectivamente.

Foram relacionadas as palavras chaves “Criança(s) + infância (infantil)+ indígena” com temas como “Saúde”, nesse caso no sentido amplo da palavra foram classificados 11 materiais; 04 para a palavra “Pandemia”, 4 textos com “doenças específicas” como anemia, doenças neurológicas, HIV/AIDS, tuberculose, entre outras; 03 textos que discutem a questão da hospitalização ou do atendimento hospitalar, 03 textos sobre a questão da nutrição/desnutrição e 04 trabalhos que tratam da saúde mental.

Dentre as etnias citadas no título ou no resumo dos trabalhos encontram-se: Terena com três textos, dois Kaiowá e Guarani e com um trabalho cada as etnias Xavante, Xukuru, Tembé e o Yanomami. As maiorias dos textos gerais na área da Saúde tratam de temas como Políticas Sociais de Saúde, Dados epidemiológicos de saúde, mortalidade entre outros

Outros exemplos de textos produzidos que foram considerados para a nossa análise refere-se aos direitos da criança indígena na proteção da sua vida intra-uterina e os cuidados com a genitora e depois nos primeiros anos de vida com o aleitamento materno e o

desenvolvimento nutricional, como os artigos sobre o “Aleitamento materno e introdução da alimentação complementar: uma análise de povos indígenas” (Madariaga; Maynard, 2020) e “Duração do aleitamento materno exclusivo em uma coorte de indígenas Terena residentes na zona urbana de Campo Grande, Região Centro-Oeste do Brasil” (Bresan et al, 2024). “Estado nutricional pré-gestacional e peso ao nascer em crianças indígenas, no Mato Grosso do Sul” (Reis; Lemos; Pícolis, 2023) e “Estado nutricional e de saúde de gestantes indígenas Kaiowá, Guarani e Terena do Mato Grosso do Sul, Brasil” (Falcão, 2022). E a preocupação com os primeiros meses de vida tratado na dissertação “Perfil alimentar de crianças indígenas Yanomami de seis a 59 meses, segundo o grau de processamento dos alimentos” e no artigo “Peso ao nascer de crianças indígenas no Brasil: resultados do primeiro inquérito nacional de saúde e nutrição dos povos indígenas”, ambos de 2021 (Morais, 2021). E publicação sobre o tema da nutrição/desnutrição e as questões alimentares sem fixar a faixa etária, como o artigo “Diversidade alimentar de crianças indígenas de dois municípios da Amazônia Ocidental brasileira” (Maciel et al., 2021).

Os cuidados com a questão alimentar geram discussões no sentido oposto, como o caso do artigo que trata “Excesso de peso em crianças indígenas Xukuru do Ororubá, Pernambuco, Brasil: magnitude e fatores associados” (Fávaro et al., 2019) e os cuidados gerais com a criança indígena permitiu a confecção de um Guia para os profissionais de enfermagem (Karam, 2023) com recomendações para cada faixa etária de 0 à 6 anos de idade. O trabalho intitulado “Cuidados à criança indígena – Instrumento de avaliação para o profissional de enfermagem” promovido pela enfermeira Rhamilly Amud Karam é um exemplo metódico do papel da enfermagem na avaliação das crianças indígenas considerando e propondo uma visão global de desenvolvimento e de respostas possíveis em cada faixa que corresponde: de 0 a 3 meses; 3 a 6 meses; de 6 a 9 meses; de 9 a 12 meses; de 1 a 2 anos; de 2 a 3 anos; de 3 a 4 anos; de 4 a 5 anos; de 5 a 6 anos. Essas propostas de atividades para o estímulo, por meio das brincadeiras, considerando os marcos do desenvolvimento em cada etapa servem como balizador para uma boa avaliação geral da criança e por fim discute alguns perigos que podem ocorrer com as crianças indígenas que estão constantemente brincando em espaços naturais como as florestas e que portanto expostas a cobras, aranhas, escorpiões e outros insetos e animais que possam prejudicar a saúde, bem como os cuidados com o depósito de lixo, plantas, rios entre outros (Karam, 2023).

Na avaliação clínica geral da saúde e cuidados de crianças indígenas, pode-se citar os artigos: “ Da universidade para a aldeia: vivências da enfermagem no cuidado à saúde da

criança indígena” (Santos et al., 2023); “Cuidados à criança indígena Tembé no acompanhamento do crescimento e desenvolvimento: um estudo de reflexão” (Tembé et al., 2023); “Habilidades motoras fundamentais, estado nutricional e fatores ambientais associados em crianças indígenas de aldeias do Amazonas e Minas Gerais” (Capelli; Koifman, 2022); “Identificação de deficiências entre crianças indígenas nas aldeias de Dourados/MS” (Mattoso; Bruno; Nozu, 2020);

No tocante as doenças alguns estudos gerais como: “Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância - AIDPI: relato de experiência no Território Indígena Xingu” (Cerqueira et al., 2023) “Mortalidade infantil em Mato Grosso, Brasil: tendência entre 2007 e 2016 e causas de morte” (Bonatti; Silva; Muraro, 2020). Destaca-se a dissertação “Indicadores de saúde de crianças indígenas do estado do Pará” no programa de pós-graduação em enfermagem da Universidade Estadual do Pará (Corrêa, 2021), que trazem resultados relevantes:

Dentre os resultados identificou-se que as principais causas de morbidade foram as doenças infecciosas e parasitárias (19,4%; n=3.506), doenças do aparelho respiratório (17,0%; n=3.079), doenças do aparelho geniturinário (8,8%; n=1.590), do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo (8,7%; n=1.587). As taxas de mortalidade mostraram-se acima da média nacional, destacando-se o Distrito Sanitário Especial Indígena Kaiapó Pará com as maiores cifras, alcançando 85,3/1.000 Nascidos Vivos no ano de 2018. O Distrito Sanitário Especial Indígena Altamira apresentou cobertura vacinal muito baixa, com apenas 8% de crianças menores de um ano com esquema vacinal completo em 2015 e 31,9% em 2016. O quantitativo de crianças em aleitamento materno exclusivo, no período 2015- 2018 foi aproximado nos quatro distritos, variando de 52,9% (n= 426) no Distrito Sanitário Especial Indígena Altamira a 45% (n=427) no Kaiapó do Pará. Em relação ao estado nutricional, identificou-se que 87,5% (n=3.589) das crianças apresentavam peso adequado para a idade, variando entre 85% (n=806) no Kaiapó do Pará e 89,9% (n=1.406) no Rio Tapajós (Corrêa, 2021).

A anemia entre crianças indígenas é um fenômeno bastante estudado, como o artigo: “Prevalência de anemia entre Crianças indígenas na América Latina: uma revisão sistemática” (Rosas-Jiménez et al., 2022) e a dissertação “Epidemiologia da anemia de crianças e adolescentes Xavante nas terras indígenas Pimentel Barbosa e Wedezé, Mato Grosso” (Lucena, 2020). Dentre as conclusões da autora, destaca-se:

A anemia por deficiência de ferro é comum em bebês e crianças pequenas, devido às altas necessidades de ferro necessárias para seu rápido crescimento e desenvolvimento, principalmente durante os primeiros 2 anos de vida. Além disso, os alimentos complementares típicos fornecidos a crianças frequentemente apresentam baixo teor de ferro (em quantidade e biodisponibilidade) e alto teor de inibidores da absorção de ferro. (Lucena, 2020, pág. 121).

O autor em 2020 defendeu uma proposta de um sistema de Vigilância Nacional Alimentar e Nutricional para os povos indígenas, especialmente como aponta os estudos para crianças de até 2 anos, visando o combate a anemia e a desnutrição (Lucena, 2020).

Outro aspecto proposto é o monitoramento e ações para a melhoria da qualidade da água nas aldeias e/ou comunidades indígenas em contexto urbano, visando a diminuição de infecções e os casos de mortalidade. Nesse caso, o artigo “Saneamento básico e desigualdades de cor/ raça em domicílios urbanos com a presença de crianças menores de 5 anos, com foco na população indígena” (Raupp, 2019), tratou justamente desse problema.

Foi citado dois artigos relacionados a tuberculose e um texto sobre a pneumonia: “Tuberculose entre crianças e adolescentes indígenas no Brasil: fatores associados ao óbito e ao abandono do tratamento” (Basta, 2019) e “Carga da tuberculose e perfil sociodemográfico de crianças e adolescentes indígenas em um Estado da Amazônia ocidental, Rondônia, Brasil” (Souza; Bonfim; Orfao, 2022). “Morbidade e mortalidade por pneumonia em crianças indígenas em Mato Grosso, Amazônia brasileira, 2007-2021” (Alves, 2022). O que demonstra uma preocupação dos pesquisadores com a saúde respiratórias das crianças indígenas.

Com relação a pandemia os textos publicados eram gerais da população ou comunidades indígenas, mas com relação a criança/infância indígena foram encontrados os artigos: “Vítimas “invisíveis”: impactos da pandemia Covid-19 para as crianças, adolescentes e jovens indígenas Guarani e Kaiowá” (Pacheco, Rio, Pacheco, 2023), “Etnografia com crianças em tempos de pandemia: uma reflexão ético-metodológica” (Sousa, 2022) e “Curso em saúde mental no contexto da covid-19 com povos indígenas por meio de ensino remoto” (Kadri et al., 2021). “Crianças pequenas terena: reencontros ancestrais em tempos de pandemia” (Noal; Silva, 2020).

Outro tema de relevância estudado nos últimos anos refere-se a questão da hospitalização ou do atendimento hospitalar, como: “Cultura e espaço de cuidado às crianças indígenas: adaptação cultural hospitalar na perspectiva dos profissionais” (Muniz et al., 2024); “Iniquidades étnico-raciais nas hospitalizações e fatores prognósticos para doença grave ou óbito em crianças indígenas menores de cinco anos no Mato Grosso do Sul” (Farias et al., 2023). E o livro “Direitos da Criança Hospitalizada” (Silva, Nunes, Mercado, 2022) que tratou “Saúde indígena: Direitos das crianças e jovens indígenas hospitalizados”.

A saúde mental dos indígenas brasileiros é tratada em vários materiais bibliográficos, mas especificamente de crianças indígenas os materiais são incipientes. Separamos dois artigos para problematizar a questão, o primeiro refere as questões neurológicas e o segundo trata do papel da psicologia com as crianças indígenas. No primeiro artigo intitulado

“Doenças neurológicas em crianças e adolescentes indígenas do Hospital Universitário de Brasília” (Picoli; Ferreira, 2019), no resumo detalha alguns resultados, como:

Foram identificados 24 pacientes, sendo que 18 eram acompanhados na Neuropediatria. Dentre estes, a idade média no primeiro atendimento foi de 5,2 anos, com predomínio do sexo masculino. O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Xingu foi a origem de 11 pacientes. Observou-se que 61,1% dos pacientes receberam diagnóstico de epilepsia, com a etiologia infecciosa em 36% dos casos. Outros diagnósticos encontrados foram de cefaleia, alteração de perímetro cefálico, encefalopatia crônica não progressiva, síndrome de Guillain Barre e mielite transversa. Foi observada baixa adesão terapêutica. Todos os seis pacientes com agravos neurológicos atendidos em outras especialidades apresentavam diagnóstico de atraso de desenvolvimento neuropsicomotor associado às comorbidades (Picoli, R. L. e Ferreira, L. S., 2019).

O artigo é uma constatação de atendimento ambulatorial do Hospital Universitário de Brasília, na qual, os maiores casos eram do sexo masculino, na fase pré-escolar, com quadro de epilepsia e que não tiveram retorno, ou seja, sem continuidade no tratamento, que é uma questão extremamente delicada.

No segundo artigo sobre “Crianças indígenas no Brasil: qual a contribuição das pesquisas em psicologia?” (Libardi; Silva, 2021), traz uma contribuição ampla à partir de um levantamento bibliográfico da literatura sobre as crianças indígenas e foi considerado os periódicos de 2002 à 2017 os anos de publicação, mas como critério de inclusão periódicos brasileiros de alta qualidade (avaliação do Qualis-Capes A1 e A2) nas áreas da educação, antropologia e sociologia e comparando as publicações na área da psicologia. Foi usado os unitermos infância (s) /criança(s) indígenas, da mesma forma que usamos nessa pesquisa. Os materiais dentro da área da psicologia representaram apenas 0,13% das publicações e os temas mais investigados foram a escuta, os desenhos, a identidade, a cultura e as brincadeiras. Nas conclusões as autoras não citam as questões da saúde mental de crianças indígenas, apenas a necessidade de a psicologia pesquisar e escutar essa parcela da população.

Dois artigos que saíram dos temas majoritários encontrados nessa busca de publicações dos últimos 5 anos, seria um artigo que articulou os temas da educação e saúde “Conhecimento e percepção de alunos sobre a infecção por HIV/AIDS em uma escola indígena” (Souza et al., 2023) e outro texto “Odontopediatria: saúde bucal e a incidência da cárie em crianças indígenas - uma revisão integrativa” (Alves; Alves; Almeida. 2022).

**Considerações sobre Saúde de crianças indígenas:** Os artigos, dissertações e teses publicados no Brasil na área da saúde sobre crianças indígenas são vastos e todos com grande relevância. Muitos estudos epidemiológicos, ligados a medicina e a enfermagem. Algumas

propostas são importantes Desde a proteção da sua vida intra-uterina e os cuidados com a genitora, após os primeiros anos de vida com o aleitamento materno e o desenvolvimento nutricional, que são direitos preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente para garantir a vida, a saúde e a segurança alimentar da gestante, como nos primeiros meses e anos de vida da criança. A proposta de um sistema de Vigilância Nacional Alimentar e Nutricional para os povos indígenas, especialmente como aponta os estudos para crianças de até 2 anos, visando o combate a anemia e a desnutrição, onde deve-se pautar em todas as esferas de governos visando políticas públicas e sociais para essa população. Associado a isto a melhoria da qualidade da água nas aldeias e/ou comunidades indígenas em contexto urbano, com a finalidade de diminuição de infecções e casos de mortalidade. Outro aspecto é a preocupação dos pesquisadores com a saúde respiratórias das crianças indígenas. e da importância de serviços especializados no SUS para crianças indígenas com deficiências, epilepsia e problemas de saúde mental, apontando a necessidade de médicos especializados em neurologia, psiquiatrias e psicólogos. Muitos criticam que somente os grandes centros urbanos possuem especialidades e que muitas comunidades indígenas não têm acesso aos acompanhamentos, tratamentos havendo muitas desistências em razão da distância das comunidades com as unidades do SUS.

#### **2.4 - Direitos de Crianças Indígenas**

Foram encontrados 10 materiais bibliográficos entre 2023 e 2019 que trata sobre as questões sobre Direitos e criança(s)/infância indígena(s). Alguns textos podem se encaixar na vertente das violações dos direitos, considerando que muitos direitos não são cumpridos pelo Estado, comunidade ou família.

O critério adotado foi de selecionar materiais que discutem questões das leis, da justiça e foram incluídos artigos que fazem a articulação dos direitos com temas como: trabalho infantil, deficiência e a Convivência Familiar e Comunitária.

O primeiro texto refere-se sobre a “Diferença cultural como “rótulo”: percepções do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul sobre maternidades e infâncias indígenas (Simione, Carlos, Silva, 2023). Nesse artigo o direito preconizado no artigo 28, § 6º, do Estatuto da Criança e do Adolescente assegura a prioridade de “verificação junto à comunidade ou etnia de origem para o reposicionamento familiar e a intervenção e oitiva de representantes da FUNAI e de antropólogos em procedimentos administrativos ou judiciais”. As pesquisadoras

analisaram três processos julgados pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul para compreender os fundamentos utilizados para a destituição do poder familiar e a colocação das crianças em famílias não indígenas. Concluíram que nesses casos, as práticas jurídico-institucionais não consideram os aspectos culturais, principalmente no tocante a produção das maternidades - considerando as mães indígenas como negligentes, com precárias condições e de pobreza, criando uma visão colonizadora da maternidade indígena e das infâncias dos povos originários (Simione, Carlos, Silva, 2023). Entre outros aspectos a análise dos três casos, mostram o apagamento das etnias de crianças indígenas não havendo qualquer discussão dos magistrados quanto ao pertencimento étnico, tratando os processos de forma homogêneas e “sem considerar os aspectos multiculturais, revelam mais que equívocos injustificáveis, são produtos de discriminação institucional e estrutural contra os povos originários” ((Simione, Carlos, Silva, 2023, p. 290). Existe uma negação da adoção pela parentela indígena e do exercício da maternagem da família natural, evidenciando práticas institucionais que reproduzem estereótipos baseados na família nuclear burguesa e patriarcal, idealizados pela perspectiva colonialista.

O professor Assis da Costa Oliveira da UnB, pesquisador do Violes- CEAM e do Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias – OPOInfâncias, publicou um importante texto na Revista Direito e Práxis, em 2022 intitulado “As indígenas crianças e a Doutrina da Proteção Plural”, que vai além do sentido defendido acima. Faz reflexões sobre três ordens jurídicas, a entender: os direitos das crianças, os direitos indígenas e a integridade cultural dos povos indígenas. Propõe a inversão de crianças indígenas por indígenas crianças, dado que a Doutrina da Proteção Integral (DPI) se valeu das ciências ocidentais como a psicologia do desenvolvimento, neurociência para legitimar um padrão hegemônico de desenvolvimento infantil de outro lado há “deslegitimação e/ou dizimação da pluralidade de representações culturais do “ser criança”(Oliveira, 2023, p. 1449), entrelaçada com as opressões sofridas por diversos povos racializados do globo terrestre”, como é dos povos indígenas, repercutindo no tratamento jurídico das indígenas crianças. Ao considerar a pluralidade cultural dos povos indígenas e na produção das infâncias, o autor sustenta a mudança do axioma nas questões da organização social, da cosmologia e do ser humano dentro das sociedades indígenas. Com “bases político-antropológicas da inversão axiológica das indígenas crianças e a aplicação transversal dos direitos das crianças com os direitos indígenas e a integridade cultural dos povos indígenas” (Oliveira, 2023, p. 1445). Quando se muda o olhar sobre a questão das indígenas crianças, pode reverberar nas concepções jurídicas e institucionais, principalmente

com relação a Doutrina da Proteção Integral, transforma a maneira de simbolizar as infâncias e as necessidades políticas e de proteção dessa população.

Com relação ao direito à vida foi destacado o artigo “Crianças indígenas e o direito à vida: análise de dados de estados da região norte do Brasil 2019 – 2021” (Freitas; Ribeiro; Andrade, 2023). Os autores defendem os desafios das crianças indígenas da região norte do país com relação aos direitos à vida e ao desenvolvimento digno, no período de 2019 à 2021. A metodologia de pesquisa foi utilizar e analisar os relatórios do CIMI e outros indicadores de saúde, educação e condições de vida.

É possível concluir que as crianças indígenas têm sido pouco assistidas e são um grupo de grande vulnerabilidade dentro da sociedade brasileira, sendo o maior número no índice de mortalidade, desnutrição, analfabetos e todos sofrem principalmente em razão de suas questões étnicas (Freitas; Ribeiro; Andrade, 2023, pág. 8).

Isto reforça a ideia do Estado brasileiro em dar maior assistência aos povos indígenas, especialmente as crianças indígenas. Essas desassistências gera a falta dos direitos preconizados pela Constituição Federal as comunidades indígenas e abre precedentes para a exploração de garimpeiros, madeireiros, entre outros predadores.

Essa concepção conversa com a dissertação defendida por Rayanne de Sales Lima em 2021 pela Universidade Federal de Minas Gerais, com o título “Crianças indígenas visíveis são crianças com direitos: as crianças indígenas na agenda política da proteção da infância no Brasil”. Nesse trabalho a autora discute as Crianças Indígenas fora da agenda da ação pública e nos sub-tópicos do capítulo reflete que a criança da Constituição Federal -CF não é indígena, como o índio da CF não é criança e a Criança do ECA também não é indígena, mas é pela Lei Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – LNCFC. Assim nesse primeiro capítulo chega as seguintes conclusões: a LNCFC interrompeu o hiato de 19 anos de ausência expressa de indígenas no ECA, por ter mencionado sobre os procedimentos especiais para a destituição de poder familiar e para a colocação de crianças indígenas em família substituta (Lima, 2021).

No capítulo 2 da dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG foi realizado uma investigação na literatura sobre os múltiplos fluxos visando a identificação do nexo de causalidade entre as circunstâncias relevantes e a introdução das crianças indígenas no texto final da LNCFC. Conclui-se que o processo de inclusão das crianças indígenas no ECA ocorreu de forma caótica e não linear; atuação de ONGs visando quebrar argumentos do afastamento de crianças do convívio familiar em caso de suposto risco à vida ou da questão do “infanticídio”. Por fim foi consolidada uma proposta

mais adequada no texto final da LNCFC. No contexto estavam as altas taxas de desnutrição e consequentemente altas taxas de mortalidade infantil entre as etnias Guarani e Kaiowá em meados dos anos de 2004/2005, na região de Dourados - MS, tornando o problema da insegurança alimentar e nutricional das crianças indígenas evidente e um problema político que deveria ser enfrentado pelo Programa Fome Zero, que foi promessa de campanha do candidato eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Intensos trabalhos foram desenvolvidos junto aos indígenas nos anos de 2005 a 2007 que atenuaram a crise da insegurança alimentar, mas abriram uma certa fragilização de vínculos familiares e comunitários a partir dos olhares dos serviços de saúde, que acompanhava os quadros de desnutrição e internações hospitalares. Os pais tinham que cuidar de outros filhos e muitas vezes não podiam ficar ao lado dos filhos internados e entendia-se como uma violação dos direitos, como uma negligência dos pais. Muitas internações eram estendidas mesmo as crianças estando de alta médica, denominada de internações sociais e depois de algum tempo eram transformadas em medidas de acolhimento institucional, o que por vezes levava a destituição do poder familiar (Lima, 2021).

Portanto a autora descreve detalhadamente todo o processo de discussão política e das narrativas de vários setores da sociedade em criminalizar as culturas indígenas, utilizando-se de termos como “infanticídio”, criando fluxos de discussões para a retirada das crianças indígenas de suas famílias, entretanto como empenho da Funai e do Senador Aloizio Mercadante, relator da matéria, ajudou a manter as crianças indígenas junto ao seu povo, como expressão dos interesses superiores da criança, princípio da Doutrina da Proteção Integral (Lima, 2021).

O artigo “O conceito de Identidade/Subjetividade e o processo de adoção de crianças indígenas no Mato Grosso do Sul”, do ano de 2021 é um reflexo dessa discussão sobre as medidas protetivas para crianças indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul. No texto Melo chega as mesmas conclusões da pesquisa anterior, por meio de uma análise das notícias veiculadas na mídia local sobre os processos de adoção de crianças indígenas na região de Dourados -MS. Ressalta por meio de vários autores um processo de Identidades/Subjetividades marcada pela cristalização de estereótipos e preconceitos (Melo, 2021).

O texto “O Conselho Tutelar e os direitos das crianças e dos adolescentes indígenas no Estatuto da Criança e do Adolescente” apresentado na revista “A Luta pela Proteção Integral: edição comemorativa dos 30 anos do ECA” (2020), reflete sobre o papel dos conselheiros

tutelares pelo ECA e destaca o art.28 que versa sobre o a colocação em família substituta e faz menção as crianças e adolescentes indígenas no parágrafo 6º:

Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é ainda obrigatório: I - que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos por esta Lei e pela Constituição Federal; II - que a colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia; III - a intervenção e oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, no caso de crianças e adolescentes indígenas, e de antropólogos, perante a equipe interprofissional ou multidisciplinar que irá acompanhar o caso. (Junior et. Al 2020).

Esse é o primeiro avanço no sentido de dar visibilidade às crianças indígenas nas leis brasileiras e em especial sua inserção no Estatuto da Criança e do Adolescente. No artigo “Fronteira tapajós e direitos das crianças: impactos sociais de grandes empreendimentos econômicos” (Oliveira, 2020a), destaca outros aspectos das garantias e proteção aos direitos das crianças e adolescentes na região do Tapajós, que compreende as fronteiras dos estados do Pará e do Amazonas. Os impactos de grandes empreendimentos na região com a mercantilização dos recursos naturais e a expansão do capitalismo na região, desde 2014 com o planejamento e ações visando a construção de Hidroelétrica na região é um capítulo de abertura para suas fronteiras. Dentro de várias ações expansionistas do capitalismo em diferentes modais econômicos permitiu a implantação de 26 portos na bacia do rio Tapajós, estradas para escoamento da produção do agronegócio, o aumento de fluxos de caminhoneiros e da exploração de minérios nos garimpos e planejamento de hidroelétricas de pequeno porte nos rios Itapacurá e Cupari, influenciando nas dinâmicas dos povos originários da região e consequentemente impactando nas infâncias (Oliveira, 2020a).

Na metodologia quali-quantitativa foram realizadas entrevistas com atores do sistema de garantia de direitos, entre outros; oficinas com a rede de proteção; pesquisa documental e bibliográfica. O Prof. Assis, autor do estudo considera a expansão do capitalismo na região do Tapajós e com aumento dos empreendimentos econômicos influência nos índices maiores de violações de direitos de crianças e de adolescentes. Reflete que os garimpos são atividades produtivas com maior dificuldade de ações intersetoriais do Estado, principalmente concernentes as prestações serviços básicos as crianças e adolescentes, devido a clandestinidade e as dificuldades de deslocamento e estadia nestes locais. É muito importante o monitoramento e fiscalização por parte dos órgãos competentes no trânsito e permanência de caminhoneiros para prevenção de violações de direitos como a violência sexual. Propõe

melhorias no processo de comunicação junto ao setor empresarial gerenciados pelo Estado, visando a divulgação de informações junto à comunidade local, com linguagem adequada para crianças e adolescentes da região (Oliveira, 2020a).

O texto “Referências institucionais para a produção descolonial dos direitos das indígenas crianças: os casos do trabalho infantil e da violência sexual” (Oliveira, 2020). Estudou as práticas institucionais de atendimento dos povos indígenas pela Rede de Proteção dos Direitos nos municípios de Maringá (PR) e Altamira (PA). O primeiro município referente ao trabalho infantil envolvendo crianças Kaingang com atividades de venda de artesanato ou pedindo dinheiro nas ruas da cidade e o segundo com casos de violência sexual de indígenas crianças, dado as transformações sociais advindas com construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte.

Além das experiências pessoais do prof. Assis, foram consideradas na pesquisa entrevistas e documentos. Entre as conclusões, além do envolvimento mais direto dos agentes públicos e priorizarem o território e a cultura para efetiva alteração da rede de proteção e instituições públicas com os povos indígenas. E finaliza:

Por certo, o caminho para a abertura institucional, tal como comprovam os cenários de Altamira e Maringá, envolve a incorporação de novos conhecimentos, instrumentais e metodologias que necessitam perdurar ao longo do tempo, assim como serem avaliados permanentemente para o aperfeiçoamento, especialmente na interlocução com os povos indígenas, pois a colonialidade do poder continua operando no âmago dos sujeitos e das instituições (Oliveira, 2020b).

Na perspectiva dos direitos violados temos um outro artigo interessante que trata “O trabalho infantil indígena no Brasil: um paralelo entre a diversidade cultural e a universalidade dos direitos humanos” (Custódio; Freitas, 2020). Os autores utilizaram de pesquisa bibliográfica e documental para refletir sobre o contexto do trabalho infantil indígena, demonstrar a proteção jurídica contra essa forma de exploração e analisar o discurso do relativismo cultural e a universalidade de direitos humanos. Entre os resultados existe a necessidade dialógica intercultural para atingir os valores universais como o valor a dignidade humana e proporcionar o enfrentamento de todas as violações de direitos de crianças e adolescentes indígenas.

E por último na área dos direitos, destacamos o texto “Crianças indígenas com deficiência e a violação dos direitos à saúde, territoriais e humanos no Brasil” (Holanda; Albuquerque; Yamada, 2020). Nesse artigo as autoras refletem sobre as políticas de saúde para as pessoas com deficiência no Brasil. Usaram de uma revisão teórica, etnográfica e de

estatísticas do sistema público de saúde. Foi abordado a “questão da deficiência congênita entre os povos indígenas como correlata a iniquidades e vulnerações de direitos territoriais, sociais e humanos”. Dentre as causas do número de pessoas indígenas com deficiência estão as atividades de mineração em suas terras.

As equipes multidisciplinares não contam com terapeutas ocupacionais ou fisioterapeutas que poderiam ajudar na reabilitação no nível da atenção primária. Para acessar esses serviços a população indígena deve se locomover para cidades maiores e com recursos de saúde, e nesse deslocamento muitos indígenas dizem sofrer racismo e discriminação que limitam o acesso aos tratamentos e acompanhamentos (Holanda; Albuquerque; Yamada, 2020).

O avanço para a melhoria do atendimento aos povos indígenas e as pessoas com deficiência indígenas passa necessariamente em superar as múltiplas barreiras estruturais, um enfoque intergeracional e de gênero e acima de tudo capacitar os formuladores de políticas públicas nas áreas de saúde, educação e trabalho (Holanda; Albuquerque; Yamada, 2020).

**Considerações sobre Direitos de Crianças Indígenas:** Ao falar de direitos, trata-se de dizer sobre as violações dos mesmos em todo os sentidos, ou seja, os direitos que não são protegidos e garantidos. Por outro lado, o prof. Assis da Costa Oliveira da UnB, pesquisador do Viões- CEAM e do Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias – OPOInfâncias , com vários trabalhos publicados nesse campo, defende a existência de três ordens jurídicas, a entender: os direitos das crianças, os direitos indígenas e a integridade cultural dos povos indígenas para uma compreensão multicultural dos direitos. E dentro da filosofia do direito há fortes distorções conceituais dentro de uma perspectiva colonial que foi discutido ao longo desse tópico. Um exemplo é o que é preconizado pela Lei Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, incorporado no capítulo III do Estatuto da Criança e do Adolescente. Como medida de proteção, muitas crianças e adolescentes indígenas são retiradas das famílias de origem, as vezes por negligência e abandono. Essas crianças/adolescentes são colocadas em família substituta na modalidade de guarda e posteriormente podem ser adotadas. Isto ocorre sem respeitar os aspectos culturais e étnicos dos povos indígenas, além de criminalizar as famílias indígenas, uma narrativa ocidental das Redes de Proteção desconsidera os valores e a cultura indígena, como ocorre com as crianças indígenas com deficiências e no âmbito do trabalho, que incluem as atividades no comércio vendendo artigos indígenas como trabalho infantil.

## **2.5 - Violências e Violência Sexual contra Crianças Indígenas**

A busca de material bibliográfico de crianças indígenas e violência(s) foi encontrado 5 textos que tratam da questão do infanticídio e que, portanto, foi destacada como um sub-tema para ser discutida. No sub-tema violência geral destacou-se 05 textos: de violência simbólica, identidades, retiradas das crianças do convívio com sua comunidade, genocídio e tráfico de crianças e por fim o direito a escuta e a oitiva de crianças indígenas nos casos de violência. Neste tópico destaca-se também os textos relacionados aos casos de violência sexual, 06 no total.

### **2.5.1 - Infanticídio**

A questão do infanticídio nas aldeias indígenas é bastante controversa e tem sido objeto de reflexões de estudiosos, pesquisadores, antropólogos e os defensores dos direitos humanos. A pergunta que fica é “qual é o limite que a cultura branca possa interferir nas culturas indígenas visando acabar com essa prática?”. É de conhecimento que existem algumas etnias que sacrificam bebês quando nascem de gêmeos, com deficiências ou quando a comunidade passa por carências alimentares ou necessidades específicas. Algumas aldeias consideram essas práticas necessárias para a preservação da cultura e das tradições. O artigo “Infanticídio Indígena: Conflitos entre Tradição Cultural e Direitos Humanos” (Vicente; Silva, 2023) é um exemplo de trabalho minucioso sobre o problema.

O debate recai sobre os aspectos sociais e de alijamento que os povos indígenas sofreram ao longo de milhares de anos. Com a invasão de seus territórios, a diminuição das áreas de caça, pesca e da pobreza em virtude dessas limitações. É claro que do ponto de vista cultural muitas mortes de crianças indígenas estão relacionadas ao sistema de crenças e valores que enfatiza a pureza do grupo, quando nascem com deficiência ou com doenças, isto poderia trazer desgraça para a comunidade (Vicente; Silva, 2023).

Contudo há dois princípios opostos que se confrontam: um que leva em consideração o relativismo cultural e o outro sobre o universalismo dos direitos humanos. O primeiro entende que existe uma ampla diversidade cultural e que cada cultura deve ser respeitada, os hábitos e costumes devem ser vistos como naturais e imutáveis, portanto absolutos. Já o universalismo dos direitos humanos apregoa que os direitos de autodeterminação e preservação cultural dos diferentes povos não estão acima da identidade que engloba todos os

seres humanos. Assim, o ser humano não pode ser tratado como uma coisa, sem vontade própria, sem qualquer possibilidade de escolha o que viola os princípios da dignidade humana (Vicente; Silva, 2023).

A conscientização e a reflexão sobre essas práticas podem encontrar possíveis soluções para erradicar as mortes intencionais de crianças indígenas. As autoras defendem que a adoção é uma possível alternativa, como a ajuda de organizações humanitárias que ajudam as mães cuidarem de seus filhos para não se sentirem desamparadas ou sem recursos como alimentos, roupas e medicamentos.

Buscar o diálogo entre as diferentes culturas é o caminho para o entendimento, mas deve-se pensar nas políticas públicas para os povos indígenas:

A implementação de medidas estruturais é crucial para garantir que os povos indígenas tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento humano e econômico, diminuindo a vulnerabilidade que pode levar a práticas extremas como o infanticídio. As políticas públicas devem ser orientadas para a proteção dos direitos humanos, sem perder de vista a importância da preservação cultural. Em última instância, caso as tentativas de sensibilização e mudança de práticas não sejam efetivas, o Estado deve agir com responsabilidade, resgatando e protegendo as crianças indígenas em risco. (Vicente; Silva, 2023, p.10)

Nessa discussão encontramos mais dois artigos “Infanticídio Indígena: O Universalismo dos Direitos Humanos em Face do Relativismo Cultural” (Carvalho; Sperfeld, 2023) e “Universalismo e Relativismo Cultural: Um estudo sobre a prática do Infanticídio Indígena no Brasil” (2020), que argumentam no mesmo sentido.

Um exemplo de pesquisa exploratória de uma etnia o artigo “As concepções de cultura, vida e humanidade em relação ao “infanticídio indígena” na aldeia Kamayura” (Lacerda, 2021) é uma mostra das concepções que cercam as crenças para as práticas de infanticídio. Entre elas os autores argumentam a lógica que mães solteiras não podem ficar com seus filhos por não ter um homem que possa ajudá-la na busca por alimentos, assim uma mãe sozinha é incapaz de cuidar da criança. As crianças gêmeas não são consideradas de natureza humana e, portanto, são enterradas vivas separadamente e isto ocorre com as crianças com deficiência. Embora da perspectiva dos direitos humanos essas práticas se enquadram como crimes horrorosos, o infanticídio tem outra conotação para os indígenas:

Visão distinta acomete a etnia Kamayura, considerando-se que, o fato gerador do “infanticídio indígena” enquanto porerekwan não viola o direito ~ a vida, simplesmente por- que, para eles, os entes não fazem parte da dinâmica social de existência, não podendo ~ ser considerados pessoas e muito menos

estariam integrados ao processo gradual de incorporação a vida. (Lacerda, 2021, p. 36)

Dentro de uma perspectiva mais crítica o artigo Ana Carolina Saviolo defende que “infanticídio indígena” é uma expressão sustentada por setores evangélicos e conservadores da sociedade. No artigo “Religião e política: a bandeira da “luta contra o infanticídio indígena” e o controle de corpos de mulheres e crianças indígenas” (Saviolo, 2021), publicado pela Revista Teoria e Cultura a autora apresenta que o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 119/2015 é uma tentativa mascarada de controle sobre os corpos de mulheres e crianças indígenas (biopolítica) sob a justificativa da vulnerabilidade e do risco de morte intencional.

### **2.5.2. Violência (Geral)**

No que tange as violências de uma forma geral foi classificado o texto de Morais “Oitiva de indígenas crianças vítimas ou testemunhas de violência: escuta especializada e depoimento especial” (Morais, 2023), por se tratar de um direito a escuta e também envolver crianças indígenas vítimas ou testemunhas de violência. A autora Ana Radig Denne Lobão Morais é pesquisadora do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais de Passo Fundo -RS e pesquisadora do OPOInfâncias da UnB.

O artigo discute por meio da revisão bibliográfica, normas, legislação, manual e protocolos práticos os direitos e garantias às crianças e adolescentes indígenas a proteção da Doutrina da Proteção Plural e da Lei 13.431/2017 - Lei da Escuta Especializada e o Depoimento Especial. Baseia-se também no decreto nº 9.603/2018 na proteção de indígenas crianças vítimas ou testemunhas de violência e do Manual de Depoimento Especial de crianças e adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais (Morais, 2023).

Existem vários tipos de violência contra indígenas crianças ou adolescentes, entre eles destacam-se os estupros, as violências sexuais contra meninos e meninas, a violência fatal, especialmente os casos noticiados pela imprensa da etnia Yanomami. Algumas práticas cometidas por garimpeiros e outros invasores e muitas situações de violência são subnotificadas por medo de represálias e da descrença dos órgãos oficiais do Estado, denotando a invisibilidade destes povos (Morais, 2023).

A partir da lei 13.431/2017 e regulamentado pelo decreto 9.603/2018 que reconhece as indígenas crianças e dá forma e base legal para o Manual de Depoimento Especial de crianças e adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais é um avanço importante, mas

necessita de ajuste na criação e implementação da Doutrina da Proteção Plural (Morais, 2023).

A violência simbólica é um termo diferente das tipificações comumente utilizadas e que foi trazida no texto de Sobrinho “Violência simbólica e práticas escolares: um estudo com crianças indígenas” (Sobrinho, 2022). Segundo o autor com base no pensamento de Bourdieu “para descrever o processo pelo qual a classe que domina econômica e socialmente se impõe e reproduz seus mecanismos de ação, percepção e julgamento aos dominados” (Sobrinho, 2022, p. 05). Assim ocorre nas relações humanas que reproduz e mantém a estrutura social dominante em detrimento as outras culturas, costumes e tradições como as dos indígenas.

As instituições sociais como as escolas, reproduzem relações dominantes e uma infância como das crianças Sateré-Mawé que prima pela liberdade e de experienciar suas escolhas e de manifestar diversas expressões do seu cotidiano é um grande universo de aprendizagem distinto das formas de educação tradicional. O que é esperado pelos docentes muitas vezes não se concretiza dado as diferenças culturais e de entendimento da lógica da educação indígena. Desta maneira a violência simbólica se faz bastante presente nas práticas educativas, como práticas cristalizadas desconsiderando as peculiaridades das infâncias e das crianças indígena (Sobrinho, 2022).

Outro artigo “A constituição do discurso sobre a criança indígena: identidades e violência” de Favaretto (Guerra; Favaretto, 2020), analisou os diferentes textos coletados entre 2013 e 2019 e analisou por meio dos discursos produzidos, dentro da arqueogenealogia, método Foucaultiano que descortina as relações de poder. Segundo a análise dos textos as crianças estão inseridas no grupo de indivíduos privados de poder e quando se trata de crianças indígenas, elas se encontram dentro de um grupo minoritário marginalizado e vilipendiado a partir de exclusões histórica, influenciando no desenvolvimento da identidade social dessas crianças.

Esse processo de exclusões históricas é apresentado também no artigo “Kruk, Kuruk, Kuruca: genocídio e tráfico de crianças no Brasil imperial (Moreira, 2020)”, que durante o século XIX o comércio de Kurucas (crianças) afetou profundamente os povos Jê que habitavam vastas regiões nas províncias de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, especialmente os botocudos (Borum). As diversas formas de violência sempre ocorreram com o processo de colonização e com ele a questão do genocídio indígena e as práticas de tráfico de indígenas crianças, que faziam parte da consolidação da soberania do Estado imperial sobre os territórios. A naturalização dessas violências era tolerada visto a suposta incapacidade dos botocudos se elevarem aos padrões civilizatórios da época.

No livro *Indígenas e outros povos tradicionais “A História se Repete: Casos em que Crianças Indígenas são retiradas do convívio com seu povo, um paralelo com a desterritorialização Kaiowá e Guarani”* (2019).

### **2.5.3 - Violência Sexual**

No artigo “Violência sexual infantojuvenil indígena: da vulnerabilidade social à articulação de políticas públicas (Staliano; Kaneko; Mondardo, 2022)” trata da realidade do município de Dourados, MS entre os anos de 2015 à 2020. Staliano et al analisou 20 reportagens veiculadas em 10 jornais estaduais para caracterizar a violência sexual de indígenas crianças e adolescentes.

As reportagens foram categorizadas em duas categorias: 1) Caracterização das violências, com informações sobre o perfil das vítimas, relação entre vítima e agressor, bem como, informações sobre o crime cometido; e, 2) Fatores de risco e especificidades da violência sexual na RID - Reserva Indígena de Dourados (Staliano; Kaneko; Mondardo, 2022).

Há uma diferença clara das denúncias registradas nos Boletins de Ocorrência nas Delegacias e atendidas no CREAS e nos relatórios do CIMI, que encontraram apenas 20 casos que ocorreram na RID. Mas as autoras refletem que a mídia passou a ser vista como uma forma de denunciar as violências que ocorrem na RID, dado o desamparo e justificativas dos órgãos públicos que marginalizam e estigmatizam os povos indígenas (Staliano; Kaneko; Mondardo, 2022).

Além da vulnerabilidade social existente foram constatadas o uso/abuso de álcool e drogadição no interior da RID o que favorecem para o risco dos casos de violência sexual. Isto se deve ao contato dos indígenas com não indígenas que utilizavam as bebidas em rituais específicos, dependendo de cada etnia (Staliano; Kaneko; Mondardo, 2022).

O gênero feminino aparece no artigo como vítimas preferenciais das violências sexuais, onde denota os processos de dominação e exploração, como também vítimas imaturas com desenvolvimento mental incompleto que são mais fáceis de serem controladas, silenciadas e coagidas (Staliano; Kaneko; Mondardo, 2022).

Entre as proposições as autoras chamam a atenção para a subnotificações de casos de violência sexual, principalmente as situações que ocorrem nos lares de indígenas e não indígenas. Implementar políticas públicas urgentes como a construção de um Observatório da

Violência Indígena, para organizar dados e informações das demandas recebidas pelas instituições que atendem esta população (Staliano; Kaneko; Mondardo, 2022).

Outro artigo que trata “Abuso sexual de crianças e adolescentes na reserva indígena de Dourados/MS” (Kaneko; Staliano, 2020), focou também seus estudos na RID e chegaram aos mesmos resultados, nas quais apontam que crianças do sexo feminino são as mais vitimizadas, que os agressores possuem vínculo de parentesco com a vítima – portanto uma violência sexual intrafamiliar e que a vulnerabilidade social é um fator de risco para a ocorrência dos abusos sexuais.

Na tese de doutorado defendido por Natã Souza Lima, 2022 sobre “Relações de sangue e afinidade: violência sexual, família e parentesco na Amazônia”, que embora não tenha no título a menção sobre crianças e adolescentes ou indígenas, o trabalho trata mais das violências sexuais na infância e adolescência, do que de adultos e da população indígena e não indígena. O autor defende que existe uma falsa ideia que a família seja um espaço privilegiado de proteção contra as violências sexuais, pelo contrário à partir de análises de casos busca-se compreender os diferentes significados de “família” e “moralidades” entre homens, mulheres e crianças da Amazônia (Lima, 2022).

Lima (2022) permite compreender também que as violências sexuais atravessam diversas gerações e que as transmissões ocorrem em “dimensões históricas e coletivas sobre como o parentesco foi marcado e reelaborado por estupros em projetos de assimilação, seja por rapto ou por casamentos forçados”.

Sobre o perspectivismo ameríndio (indígenas que viviam na América antes do descobrimento europeu) estudos antropológicos apontam que esse pensamento orienta a noção de parentesco entre humanos e seres da natureza, ou seja, entre seres que compartilham uma mesma cultura, porém, formas/corpos distintos, Seja por essa perspectiva seja por outras etnológicas/ antropológicas, os sistemas de parentesco passando por laços de afinidade ou por consanguinidade pode abrir precedentes para burlar as leis do incesto e naturalizar as violências sexuais no âmbito intrafamiliar. Os casos de violência sexual extrafamiliar o autor exemplificou vários casos de linchamento dos agressores, enquanto o agressor era pertencente ao seu grupo, há proteção de seus membros (Lima, 2022).

Nas discussões que o autor traz de forma rica, destaca-se o aspecto de gênero que deve-se ressaltar:

Pensar sobre gênero e estupro nas relações familiares, implica em questionar também algumas das noções já estabelecidas em pesquisas sobre violência sexual, acerca da diferença entre estupros de mulheres e violências sexuais contra crianças e adolescentes. Argumentei ao longo da tese que houve um deslocamento, nas políticas públicas e nas perspectivas teóricas, do gênero

para a geração, como se as violências sexuais contra crianças e adolescentes, fossem causadas por pulsões eróticas masculinas em torno da idade das vítimas, quando na verdade, essas violências são principalmente marcadas pelas desigualdades de gênero (Lima, 2022, p. 167)

No contexto da violência sexual na Amazônia, um artigo “Violência sexual contra crianças e adolescentes: resiliência e protagonismo na Amazônia” (2019) é o relato de uma experiência entre 2016 e 2018 do projeto Iça-Ação e Proteção (Cáritas) em 19 cidades dos estados do Amazonas e Pará. O texto mostra sobre a importância do protagonismo infanto-juvenil para a resiliência, com a participação ativa e autônoma visando o enfrentamento da violência sexual.

E na continuidade do debate sobre o gênero o artigo “Colonialidade de gênero e a violência sexual: uma reflexão a partir da comunidade indígena Yanomami” (Sparemberger; Gschwendtner, 2022), reforça que o alto índice de violência sexual das mulheres e meninas da comunidade indígena Yanomami, se relaciona com as origens da estrutura de poder e a hierarquia que foi construída historicamente pelo processo de colonização que mata e inferioriza, reforçada pelos estigmas e preconceitos de uma sociedade eminentemente patriarcal. Dentro dessa dinâmica quanto mais é negada a existência das mulheres e meninas Yanomami mais a sociedade é complacente e conivente com a violência sexual.

Cavalcanti e Witt (2022) no artigo “Violência Sexual: O dever de cuidado ou o respeito as tradições indígenas?” defendem sob a ótica do multiculturalismo, considerando as normas internacionais, das quais o país é signatário e das normas internas, como a Constituição Federal e a Lei Maria da Penha, que mulheres e crianças por estarem à margem da sociedade e em estado de alta vulnerabilidade devem ter os cuidados necessários para a proteção dos abusos que estão submetidos.

Um trabalho de prevenção com os indígenas e não indígenas, em parceria com as lideranças indígenas poderiam antecipar as situações de violências, não deixando as denúncias para as mulheres indígenas. A insegurança de informar sobre uma violência que ocorre ou o receio natural de colocar em risco o direito da sua comunidade indígenas, resultam em impunidade e abre precedentes para outros crimes contra elas (Cavalcanti; Witt,2022).

Além disto, às ações do poder público deve atentar para a diversidade da mulher indígena, dentro de uma política inclusiva possibilitando condições de qualidade e sustentabilidade da vida, baseadas na escuta, pesquisa e principalmente na dignidade humana. No artigo “Violência sexual contra crianças nas aldeias indígenas (Zambiase; Oliveira, 2022)” as autoras criticam a ação do Estado que pelas leis como o Estatuto do Índio e da FUNAI

protegem as ações de indígenas em suas comunidades e não deixam claro a responsabilidade penal daqueles indígenas que cometem violência dentro das aldeias. São considerados inimputáveis, diferente da visão biopsicológica que rege o Código Penal brasileiro. Defendem que é necessária uma intervenção Estatal com medidas urgentes para efetivamente proteger crianças, adolescentes e mulheres da violência, especialmente da violência sexual.

O resumo executivo escrito pela Profa. Maria Lúcia Pinto Leal com o título “As crianças indígenas pedem socorro contra a violência sexual” publicado em 2022, denuncia à violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres indígenas, cometido por garimpeiros em Roraima e na Amazônia.

A pesquisadora e coordenadora do Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias baseada no “Relatório Yanomami sob ataque: garimpo na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo”. Dentre as violações de direitos que o Relatório traz, estão relatos de assédio e de violência sexual sofrida por mulheres, crianças e adolescentes indígenas, com práticas de exploração sexual.

O objetivo desse texto era solicitar uma Audiência Pública para discutir o problema e levar ao conhecimento da Câmara Federal e da Sociedade em geral as atrocidades que ocorrem em territórios indígenas. De fato, a Audiência Pública ocorreu com a articulação e protagonismo da Deputada Erika Kokay e do OPOInfâncias.

**Considerações sobre Violências e Violência Sexual contra Crianças Indígenas :** Deve-se ter cuidado com o termo infanticídio indígena pois é uma tentativa mascarada de controle sobre os corpos de mulheres e crianças indígenas (biopolítica) sob a justificativa da vulnerabilidade e do risco de morte intencional. No tocante ao tópico violência em geral: Existem vários tipos de violência contra indígenas crianças ou adolescentes, entre eles destacam-se os estupros, as violências sexuais contra meninos e meninas, a violência fatal, especialmente os casos noticiados pela imprensa da etnia Yanomami. Algumas práticas cometidas por garimpeiros e outros invasores e muitas situações de violência são subnotificadas por medo de represálias e da descrença dos órgãos oficiais do Estado, denotando a invisibilidade destes povos (Morais, 2023). Ana Moraes é pesquisadora do OPOInfâncias e defende também que a partir da lei 13.431/2017 e regulamentado pelo decreto 9.603/2018 que reconhece as indígenas crianças e dá forma e base legal para o Manual de Depoimento Especial de crianças e adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais é um avanço importante, mas necessita de ajuste na criação e implementação da Doutrina da Proteção Plural (Morais, 2023) Outro termo que foi

encontrado é a violência simbólica que ocorre nas relações humanas que reproduz e mantém a estrutura social dominante em detrimento as outras culturas, costumes e tradições como as dos indígenas. Nessa perspectiva alguns trabalhos discutem a privação do poder em crianças, mas quando se trata de crianças indígenas, elas se encontram dentro de um grupo minoritário marginalizado e vilipendiado a partir de exclusões histórica, influenciando no desenvolvimento da identidade social dessas crianças. E esse processo histórico de poder e dominação sobre os povos indígenas, que vem desde a época colonial, marcada pelo genocídio e o tráfico de indígenas e de suas crianças. Uma reparação histórica por parte do estado e da sociedade se torna mais que necessária aos povos indígenas com a devolução de suas terras com todas as necessidades de políticas sociais para dar apoio ao seu livre desenvolvimento. Quando se trata da violência sexual pode-se ponderar e refletir: a vulnerabilidade social existente foram constatadas o uso/abuso de álcool e drogadição no interior da RID o que favorecem para o risco dos casos de violência sexual; o gênero feminino aparece no artigo como vítimas preferenciais das violências sexuais, onde denota os processos de dominação e exploração, como também vítimas imaturas com desenvolvimento mental incompleto que são mais fáceis de serem controladas, silenciadas e coagidas; a violência sexual intrafamiliar e que a vulnerabilidade social é um fator de risco para a ocorrência dos abusos sexuais. Os casos de violência sexual extrafamiliar o autor exemplificou vários casos de linchamento dos agressores, enquanto o agressor era pertencente ao seu grupo, há proteção de seus membros. A pesquisadora e coordenadora do Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias a Profa. Maria Lucia Pinto Leal baseada no “Relatório Yanomami sob ataque: garimpo na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo”. Denuncia os relatos de assédio e de violência sexual sofrida por mulheres, crianças e adolescentes indígenas, com práticas de exploração sexual.

### **2.5.6 - Pesquisas / Antropologia / Migração**

Nesse tópico foram encontrados 19 trabalhos entre artigos, teses e dissertações. Será ilustrado os trabalhos que tratavam da questão de crianças indígenas nos títulos e nos resumos e aqueles que servem como exemplos de discussão no campo das questões indígenas. Um exemplo de trabalho trata-se de uma pesquisa intitulada “Os pequenos curumins: o estado do conhecimento da produção científica sobre crianças indígenas” (Pereira et al., 2024), é uma importante revisão sistemática sobre os estudos de crianças indígenas entre os anos de 2018 a

2022. Utilizando-se dos critérios de inclusão e exclusão as autoras conseguiram analisar 15 trabalhos entre teses e dissertações.

Os trabalhos foram divididos em três categorias ligadas a educação e a cultura, foram elas: *cultura, ensinamentos e ludicidade indígena; educação escolar indígena; e formação de professores indígenas*. Essas categorias foram contempladas nesse texto no primeiro tópico e alguns trabalhos coincidem com a nossa busca por descritores e outros não, pois nosso critério foi a partir de 2020 e só alguns trabalhos de 2019 entraram em nossa amostragem.

Na categoria *cultura, ensinamentos e ludicidade indígena* as autoras analisando 8 trabalhos apresentam alguns resultados, como 4 textos que utilizaram a etnografia. Estudos debruçaram sobre o cotidiano de crianças indígenas nas aldeias como a participação nos rituais, o sistema de crenças, o processo de aprendizagem e a ludicidade, e neste último aspecto observou o contraste das infâncias vividas nas aldeias e no espaço urbano. Destaca-se os diferentes tipos de ser criança, sendo que o ser criança indígena evidenciam a formação cultural indígena.

Se valendo dos estudos de Clarice Cohn “O que as crianças indígenas têm a nos ensinar? O encontro da etnologia indígena e da antropologia da criança” (2021) que discute um encontro da antropologia da criança com a etnologia indígena para consolidar uma etnologia da criança indígena que precisa de uma revisão conceitual.

Outra tese analisou 16 crianças Huni Kuin, no estado do Acre e as autoras revisitando o trabalho destaca as tensões e as relações de poder que permeiam as relações nas atividades como o plantio, a colheita e organização de festas culturais, contribuindo nos afazeres individuais e coletivos na aldeia.

As brincadeiras e os jogos que fazem parte do cotidiano das crianças indígenas, questões que já foi trazida nesse texto também foi explorada pelas pesquisadoras. Essas atividades pertencem ao universo de conhecimento, experiências e aprendizagens das culturas indígenas, revelando que nas aldeias, são espaços diferenciados e que essas dinâmicas ajudam nos processos sociais, como na transmissão dos saberes e tradições por meio da oralidade. E por fim na análise dos 8 trabalhos foi percebido em todos os trabalhos um movimento lúdico consistente das crianças indígenas com “construções coletivas de determinados contextos que vão sendo criados e recriados em formatos dinâmicos” (Pereira, pág.50, 2024).

Na categoria “Educação Escolar Indígena” foram analisados 6 trabalhos, considerando que os 2 primeiros trabalhos estudam sobre as crianças indígenas em escolas regulares. Há necessidade de seguir as diretrizes constitucionais e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para garantir a educação indígenas nas escolas regulares. Analisando outro trabalho de

2018, as autoras concluíram que o estudo traz que as crianças indígenas ao interagirem no espaço institucional as crianças indígenas conseguem ressignificar seus conhecimentos e sua visão de mundo a partir das experiências vividas na escola.

E na última categoria “Formação de professores indígenas”, foi analisado uma dissertação de mestrado de 2019 que buscou entender a identidade de professores indígenas na distinção de outros papéis exercidos como na família. As percepções das professoras foram observadas três tipos de crianças indígenas: criança sendo criança; criança no povo; criança na escola.

As pesquisadoras ressaltam no final do artigo a necessidade de promover diálogos interculturais e compreender as questões indígenas a partir de dados científicos e culturais.

O texto publicado na Revista “O Social em Questão” da PUC-RJ e escrito pela Profas. Maria Lúcia Pinto Leal e Vanessa Maria de Castro sobre “Observatório dos povos originários e suas infâncias – Opoinfâncias: práxis indígenas e não-indígenas” (Castro; Leal, 2023) relata historicamente a construção do Observatório e reflete sobre a necessidade de desenvolver ações de enfrentamento as violências contra os povos originários. Justifica-se a construção de um espaço de estudos que foi vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (CEAM/UnB) com a participação de diversos pesquisadores do Brasil, tanto indígenas como não indígenas.

A questão das crianças indígenas é apresentada por meio de dados de mortes e violências cometidos nos últimos anos no país. Apresentam os tipos de violência e o aumento das invasões de garimpeiros em território Yanomami que vitimizou as comunidades indígenas e o meio ambiente.

Segundo as autoras o OPOInfâncias tem um papel de incremento inovador na produção de políticas públicas com o diálogo com os povos originários, para:

Diagnosticar os problemas vividos; (ii) estruturar e disponibilizar dados e informações importantes para a produção de políticas públicas, que traduzam as preocupações, necessidades, desejos e anseios dos povos originários; (iii) acompanhar e monitorar as políticas públicas, e; (iv) produzir conhecimento (Castro; Leal, 2023, p. 238)

A pesquisa intitulada “Crianças indígenas no sul da província da Bahia oitocentista: notas para uma história das crianças indígenas no extremo sul baiano (Santos; Silva, 2023) é outro exemplo de estudo o texto de Souza” (Souza, 2021) “Crianças indígenas nos espaços da

aldeia: desafios da pesquisa”, procura situar a criança e infância indígena no campo dos estudos sociais e antropológicos, de cunho etnográficos.

A tentativa dos pesquisadores é de compreender a criança a partir de si mesma, de seu protagonismo e sujeito de uma categoria geracional permanente de perspectiva relacional. O autor traz como muita propriedade outros pensadores para entender a categoria geracional e suas diversidades e onde vai sendo construída, simbolicamente interpretada e compartilhada com outros sujeitos. Assim a infância seria uma das estruturas da sociedade dentro de um contexto do desenvolvimento social (Santos; Silva, 2023; Souza, 2021).

Os estudos nos últimos anos sobre a criança indígena há uma preocupação em compreender a criança a partir de si mesma, fortalece os estudos sobre a infância, segundo o autor. Mas as pesquisas estão amparadas no pensamento de autores europeus, com paradigmas “universalizado” e ambientado nos estudos antropológicos americanos sobre a cultura e personalidade. Os pesquisadores brasileiros predominantemente são de viés construtivista, nas quais as crianças indígenas aparecem como ser capaz/ativo, porém isolada e são associadas à figura do adulto, embora Souza sinaliza mudanças no final do século XX passando a reconhecer as crianças como agentes sociais e produtoras de suas culturas (Souza, 2021).

Na apresentação da Revista de Educação da UNIVAS – Pró-Educação, Sodré traz algumas discussões sobre “Infâncias e crianças indígenas, quilombolas e de outros povos tradicionais: (re)existências e agenciamentos” (Araújo; Fonseca, 2020). A realidade de crianças indígenas, como os quilombolas e de outros povos tradicionais são semelhantes em alguns aspectos e diferentes em outros.

Nas semelhanças encontra-se os séculos de exclusão sociais e de marginalização dos povos tradicionais ou originários. A história de colonização, a escravatura e a negação do acesso as melhores condições de vida, como a educação, a saúde e a dignidade humana são exemplos de aviltamentos vividos pelas etnias indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais (Araújo; Fonseca, 2020).

As crianças são criadas dentro desse contexto social e histórico, mesmo havendo as diferenças culturais e de crenças, resistem as ameaças das invasões do homem ocidental. O exemplo das crianças Kaingang que vivem em Santa Catarina descortina a realidade da venda do artesanato dos adultos indígenas e mostra a relação das crianças entre a aldeia e a cidade (Araújo; Fonseca, 2020). Em outras narrativas da criança Pataxó encontra-se a força criativa, inventiva e poética, de uma maneira singular de ver e interagir com o seu mundo e que portanto o trabalho é uma maneira de expressar e mostrar as resistências contra ataques que as crianças sofrem no cotidiano de suas vidas no Brasil.

A discussão sobre a resistência está presente na dissertação de mestrado “Cultura de resistência entre memórias e imaginação à materialização: meninos/homens Kaingang na contemporaneidade na terra indígena Guarita/RS” (Ribeiro, 2021).

O trabalho é vital para a compreensão da formação indígena Kaingang, por ser tratar de uma auto etnografia, na qual a autora é pertencente a cultura indígena e aborda assuntos sobre o modo de pensar do grupo social em relação à sociedade ocidental. Além disto traça uma perspectiva dos meninos/homens sobre os estudos e trabalho fora da aldeia. Mostra como se dá a formação de meninos/homens como rituais de passagem, crenças e interdições alimentares. Seu trabalho centra-se na terra indígena Guarita-RS, utilizando-se do método qualitativo de campo, com entrevistas, observações participantes e a pesquisa bibliográfica. Mesmo como indígena Kaingang a autora, teve todos os cuidados éticos e de procedimentos necessários para não desrespeitar a cultura, por estar fazendo um trabalho científico acadêmico.

Os kaingang, assim como os demais povos indígenas, tem muito cuidado com o uso das palavras. Para os indígenas elas não podem e nem devem ser usadas em vão. Esse respeito pelo que outro diz é que mantém as relações e as crenças fiéis como repassadas de geração em geração. Um homem kaingang quando fala deve ser ouvido, porque ele não fala muito, é reservado, e sendo mais velho, merece maior respeito ainda. Por isso compreendo quando não sou autorizada a registrar certos momentos dos rituais e as nossas longas e tranquilas conversas com os mais velhos. Aqui cito homens, pois é o objetivo desta pesquisa escrever sobre os meninos/homens, mas destaco também o papel fundamental de mães, avós, tias, primas e irmãs desses meninos/homens em sua formação como guerreiros e para o grupo como um todo. (Ribeiro, 2021, p. 106-107).

Dentre suas conclusões está a questão da formação do menino/homem Kaingang para ser guerreiro. Os rituais não podem sofrer quaisquer interferências externas, a preparação visa a torná-lo um guerreiro, um protetor. A oralidade é o que transmite o conhecimento e isto por meio das narrativas que constituem as identidades como Kaingang diante de toda a comunidade (Ribeiro, 2021).

No artigo de Mariana M. Neumann e Irene Rizzini “Decolonialidade e infância: herança colonial e conexão das crianças com a natureza” (Neumann; Rizzini, 2023) permite uma reflexão acerca da decolonialidade a partir da correlação entre infância e natureza. Análise se debruça sobre as práticas educativas e as heranças de epistemologias coloniais.

As práticas pedagógicas junto às crianças devem conectá-las com os elementos da natureza, estimulando desde pequena, para despertá-las um sentimento de reciprocidade com

a natureza. Uma educação decolonial deve sobretudo respeitar saberes e experiências infantis dentro de uma postura ética e não utilitarista em relação a natureza (Neumann; Rizzini, 2023).

No estudo as autoras argumentam sobre “metodologias alternativas às proposições hegemônicas colonialistas, que tendem a reforçar a desconexão entre os conhecimentos científico e tradicional”. (Neumann; Rizzini, 2023, p. 39).

O único Trabalho de Conclusão de Curso que foi considerado é “Que história é essa? Levantamento bibliográfico de artigos em História sobre infâncias indígenas no Brasil” pois a aluna Alana Gabriela Barros Doia da Silva fez um artigo para a sua licenciatura em História pela Universidade Federal de Alagoas (Silva, 2022).

Na metodologia buscou artigos publicados em periódicos brasileiros das áreas de Psicologia, Educação e Sociologia, e depois agregou a área de História. Conseguiu selecionar 177 periódicos, sendo 25 na História, sem um recorte temporal obteve 6.479 trabalhos relativos aos descritores infância(s) e criança(s), sendo apenas 37 artigos (0,57%) tratando de crianças indígenas. Na área da História conseguiu apenas 6 artigos, uma amostra extremamente incipiente, considerando as outras áreas do conhecimento. Os temas vinculados as crianças indígenas eram pesquisas empíricas que as consideravam como sujeitos e agentes em seus contextos culturais, sociais e políticos (Silva, 2022).

Destacou que os objetos de estudo contemplados foram:

As práticas pedagógicas indígenas, sonhos e canções (enquanto práticas orientadoras da interação com as crianças), rituais marcadores da passagem geracional, a custódia de crianças indígenas por instituições de adoção, e a infância indígena no processo de colonização (Silva, 2022, p. 4.).

Os processos migratórios ocorrem de forma dinâmica e pode atingir várias etnias e povos como ocorre em países vizinhos, em uma fronteira continental o Brasil recebe anualmente muitos migrantes vindos da América do Sul e de outros países. Isto ocorre com a etnia indígena Warao, que estão presentes no Norte e Nordeste brasileiro e deste modo foi separado dois artigos e uma dissertação sobre eles (Silva, 2022).

O primeiro texto “Eu lá, eu cá: um estudo sobre a diáspora Warao a partir do olhar da criança sobre o processo de migração para a cidade de Belém/PA” (Bento; Silva, 2022), narra a diáspora Warao nas últimas décadas de migração da Venezuela para o Brasil, entrando pelo Estado de Roraima, na cidade de Pacaraima e paulatinamente foram se interiorizando em outros Estados brasileiros. Os indígenas fugiram da exploração petrolífera e mineral e trouxeram todos de suas comunidades, inclusive as crianças que também sofre com a

vulnerabilidade social. O objetivo do estudo era conhecer os impactos dessa migração para a cidade de Belém- PA, nas crianças indígenas Warao por meio de rodas de conversa e pela expressão dos desenhos livre e de perguntas norteadoras (Silva, 2022).

A pesquisadora compreende a situação de diáspora e gera questões objetivas e subjetivas dentro da vida social da criança Warao, onde há diversas violações de seus direitos, nas quais, substitui o seu direito de viver plenamente pela sobrevivência. O olhar da criança revela a noção de pertencimento com relação aos espaços que foram deixados na antiga vida, em outro lugar LÁ e como atualmente ela se vê no CÁ. Percebe em muitas comunidades da etnia Warao, as crianças mantêm suas identidades, sua cosmologia e seu futuro (Silva, 2022).

A metodologia utiliza ajuda a entender as representações das crianças sobre as mudanças que passaram nos últimos anos, lembranças, esperanças e os desafios do povo Warao. Facilitar esses lugares de expressão para ajudar por meio das falas, desenhos são importantíssimos para ressignificar sentimentos, anseios, tristezas e alegrias (Silva, 2022).

Outro texto reflete sobre a “Migração infantil indígena Warao em Recife-PE: as condições de moradia frente a crise da reprodução social capitalista” (Dantas, 2021). Essa importante cidade do nordeste brasileiro também teve a migração da etnia Warao, fazendo parte da interiorização mencionada. O artigo discutiu as implicações da chegada das crianças venezuelanas Warao na cidade de Recife/PE, como suas permanências e adequações nas condições de moradia para migrantes/refugiados e apátridas. Avaliar as condições migratória para as crianças e verificar o papel do Estado nas políticas migratórias, foram objeto desse estudo.

Na metodologia de pesquisa foi utilizada a revisão bibliográfica, matérias jornalísticas e algumas entrevistas com a rede de proteção aos migrantes. Verifica-se violações dos direitos aos povos indígenas e migrantes, entre eles crianças indígenas com seus direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e outras normativas do Brasil, signatário de proteção a infância de todas as formas de violência (Dantas, 2021).

Contudo, mesmo que haja arcabouço normativo protetivo, a proteção à infância migrante no país apresenta desafios na prática, particularmente nos dias atuais, em meio ao estado de crise na reprodução social capitalista, onde os sujeitos-sujeitados não gozam dos direitos que lhes são legítimos, gerando um contínuo movimento migratório em prol de condições satisfatórias (Dantas, 2021).

Na base das políticas migratórias está o capital, o conflito de interesses que invade a política social influenciada pela política que norteia os interesses de classe.

**Considerações sobre Pesquisas / Antropologia / Migração:** Em pesquisas destaca o trabalho “Os pequenos curumins: o estado do conhecimento da produção científica sobre crianças indígenas” (Pereira et al., 2024), é uma importante revisão sistemática sobre os estudos de crianças indígenas entre os anos de 2018 a 2022. Na categoria *cultura, ensinamentos e ludicidade indígena* as autoras analisando 8 trabalhos apresentam alguns resultados, como 4 textos que utilizaram a etnografia. Estudos debruçaram sobre o cotidiano de crianças indígenas nas aldeias como a participação nos rituais, o sistema de crenças, o processo de aprendizagem e a ludicidade, e neste último aspecto observou o contraste das infâncias vividas nas aldeias e no espaço urbano. O texto publicado na Revista “O Social em Questão” da PUC-RJ e escrito pela Profas. Maria Lúcia Pinto Leal e Vanessa Maria de Castro sobre “Observatório dos povos originários e suas infâncias – Opoinfâncias: práxis indígenas e não-indígenas” (Castro; Leal, 2023) relata historicamente a construção do Observatório e reflete sobre a necessidade de desenvolver ações de enfrentamento as violências contra os povos originários. No conceito de pesquisa antropológica destaca-se a questão da formação do menino/homem Kaingang para ser guerreiro. Os rituais não podem sofrer quaisquer interferências externas, a preparação visa a torná-lo um guerreiro, um protetor. A oralidade é o que transmite o conhecimento e isto por meio das narrativas que constituem as identidades como Kaingang diante de toda a comunidade. Os trabalhos sobre colonialismo e decolonialismo foram inseridos nesse tópico, com destaque ao artigo “Decolonialidade e infância: herança colonial e conexão das crianças com a natureza” (Neumann; Rizzini, 2023) permite uma reflexão acerca da decolonidade a partir da correlação entre infância e natureza. Análise se debruça sobre as práticas educativas e as heranças de epistemologias coloniais. E sobre a Migração foi selecionado o texto sobre a situação da diáspora Warao, que gera questões objetivas e subjetivas dentro da vida social da criança Warao, verifica-se diversas violações de seus direitos, nas quais, substitui o seu direito de viver plenamente pela sobrevivência. O olhar da criança revela a noção de pertencimento com relação aos espaços que foram deixados na antiga vida e a vida vivida em novos espaços.

### 3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ARAÚJO, Laura Castro de; FONSECA, Carolina Ferreira. **Awê de Encantarias: a experiência de um livro vivo com crianças Pataxó**. Argumentos Pró-Educação, Pouso Alegre, Dossiê - Infâncias e crianças indígenas, quilombolas e de outros povos tradicionais: (re) existências e agenciamentos, 2020 ISSN: 2448-2803 <https://doi.org/10.24280/10.24280/ape.v5.e620>

ARRUDA, Silbene Ferreira de; ZOIA, Alceu. A infância cinto larga: narrativas do/no contexto escolar. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 271, 2021. DOI: 10.22456/1982-6524.101226. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/101226>.

BARBOSA, Eldevan da Silva; AZEVEDO, Rodrigo Araújo; MATOS, Ana Gabrielly de Melo; SOUSA, Eurilene da Luz Silva; DE OLIVEIRA, Júlio César Carvalho de; SÁ, Marcos Vinícios Alves de; SOUSA, Larissa Rodrigues de; MENDONÇA, Alania Frank.; GUAJAJARA, Vanussa Viana; DIAS, Valéria Pacheco.; PINHO, Jaqueline Diniz. **Conhecimento e percepção de alunos sobre a infecção por HIV/AIDS em uma escola indígena**. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 12422–12438, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n3-314. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/60619>.

BASTOS, Elaine Marinho. **Automutilação de adolescentes**: um estudo de caso em escola pública de Fortaleza. v.3, n.3, p. 156-191 Setembro/Dezembro, ISSN: 2594-5343, 2019. DOI: <https://doi.org/10.37444/issn-2594-5343.v3i3.167>

BENTO, Maria Waldiléia do Espírito Santo; SILVA, David Junior de Souza. **Eu lá, eu cá**: um estudo sobre a diáspora warao a partir do olhar da criança sobre o processo de migração para a cidade de Belém/PA. Revista Grifos. v.32. p.01-22, 2022. 10.22295/grifos.v32i59.6688.

BONATTI, Angélica Fátima; SILVA, Ageo Mario Cândido da; MURARO, Ana Paula. **Mortalidade infantil em Mato Grosso, Brasil**: tendência entre 2007 e 2016 e causas de morte. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n.7, p. 2821–2830, 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.28562018>

BORGES, Júlia Carolina Silva ; RIBEIRO, Marina Navarro Verde Ubaldo; MARINHO , Simoni da Penha Lopes; NUNES, Reginaldo de Oliveira. **Crianças indígenas**: o brincar ao ar livre e o transtorno de déficit da natureza. Educere et Educare, [S. l.], v. 18, n. 45, p. 163–178, 2023. DOI: 10.48075/educare.v18i45.29832. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereteducare/article/view/29832>

BRESAN, Deise, LEITE, Maurício Soares; CASTRO, Teresa Gontijo de; FERREIRA, Aline Alves; CURY, Elenir Rose Jardim. **Exclusive breastfeeding duration within a cohort of indigenous Terena living in the urban area of Campo Grande, Central-West Region, Brazil**. Caderno de Saúde Pública., n.40, n.2, :e00201922, Março de 2024. doi: 10.1590/0102-311XEN201922. PMID: 38536979; PMCID: PMC10962322.

BRINGEL, Denise Araújo; XERENTE, Tiago Wakukepré; VALADARES, Florence Rodrigues; DE MELO, Gislane Ferreira de. **Brinquedos, jogos e brincadeiras Akwe-Xerente**. Pensar a Prática, Goiânia, v. 23, 2020. DOI: 10.5216/rpp.v23.57941. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/57941>.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; GODOY, Marília Gomes Ghizzi; COELHO, Patrícia Margarida Farias. **Educação e interculturalidade nas aldeias guarani mbya da cidade de São Paulo (SP/Brasil)**. Revista Andaluza De Antropología. n. 22, junho de 2022. issn 2174-6796 [pp. 67-88] doi : <https://doi.org/10.12795/raa.2022.22.03>

CAPELLI, Jane de Carlos Santana; KOIFMAN, Sergio. **Avaliação do estado nutricional da comunidade indígena Parkatêjê, Bom Jesus do Tocantins, Pará, Brasil**. Cadernos de Saúde Pública. V.17, 2001. 10.1590/S0102-311X2001000200018.

CARVALHO, Ronaldo. **Crianças indígenas em escolas não indígenas: um estudo a partir da percepção de docentes e pais de alunos indígenas em NOVO PROGRESSO - PARÁ**. (Tese de Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco. p.100, 2021.

CARVALHO, Thieli Taiane de; SPERFELD, Paula. **Infanticídio indígena: O universalismo dos direitos humanos em face do relativismo cultural**. Caderno Humanidades em Perspectivas, Curitiba, v. 7, n. 16, p. 138-158, 2023.

CASTRO, Vanessa Maria de; LEAL, Maria Lúcia Pinto. **Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias – OPOInfâncias: práxis indígenas e não-indígena**. v. 26, n. 56, p. 225-242, 2023. Recuperado em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552274743014/html/>

CAVALCANTI, Denise Abreu; WITT, Vivian Santos. **Violência sexual: o dever de cuidado ou o respeito as tradições indígenas?**. Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR. Umuarama. v. 25 , n. 1, p. 105- 116, jan./jun. 2022. Recuperado de: <https://revistas.unipar.br/index.php/juridica/article/view/9122/4485>.

CAVIEDES, Mauricio. **Desafios para a educação escolar nas terras indígenas, a partir do olhar de professores e crianças indígenas Ticuna, nas escolas da fronteira Brasil-Colômbia**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 54- 82, set./dez. 2023.

CERQUEIRA, Damiane Santos; BOLPATO, Mariele Basso; GIMENEZ, Larissa Bessani Hidalgo ; WAGNER, Gilmar; SANTOS, Karine Cardoso; COSTA, Vivian Vaz; LOURENÇO, Daphne; SOUSA, Brigida de Assis. **Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância – AIDPI: relato de experiência no Território Indígena Xingu**. Saúde Coletiva (Barueri), v.13, n.88, p.13303–13313, 2023. <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2023v13i88p13303-13313>

COHN, Clarice. **A criança indígena: A concepção Xikrin de infância e aprendizado**. Dissertação (Mestrado). programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. p.187, 2000.

COLMAN, Daniele Gonçalves. **O brincar com as crianças terena em Campo Grande/MS: identidades e diferenças**. Dissertação (Doutorado). Universidade Católica Dom Bosco Campo Grande/MS. p.220, 2023.

COLMAN, Daniele Gonçalves; SOUZA, Gustavo dos Santos. **Reflexões sobre identidade e diferença a partir do convívio com as crianças terena da aldeia urbana Darcy Ribeiro**,

Campo Grande – MS. Revista Anômalas, Catalão – GO, v.2, n.1, p. 33-47, jan./jun. 2022. Recuperando em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/ra/article/view/74512/39006>

CORRÊA, Perla Katheleen Valente. **Indicadores de saúde de crianças indígenas do Estado do Pará**. Belém, 2021. 83 f.: il. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade do Estado do Pará, 2021.

COSTA, Mauro Gomes da. **A institucionalização e o disciplinamento de crianças indígenas nas missões salesianas do Amazonas/Brasil (1923-1965)**. Revista Brasileira de História e Educação [Internet], v.21, :e186, 2021. Available from: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e186>.

Cruz, Glaucielly & Cruz, Orlene & Spotti, Carmem & Lopes, Sérgio. (2023). Educação escolar indígena no contexto das aulas remotas: O caso da Escola Municipal Indígena Francisca Helena de Moura, Alto Alegre/RR. Ambiente: Gestão e Desenvolvimento. 165-183. 10.24979/yaxx3461.

CRUZ, Glaucielly Garcia; CRUZ, Orlene Costa; SPOTTI, Carmem Véra Nunes; LOPES, Sérgio Luiz. **Educação escolar indígena no contexto das aulas remotas: o caso da escola municipal indígena francisca helena de moura, Alto Alegre - RR**. Boa Vista/RR – outubro de 2023. Recuperado de: <https://s.uerr.edu.br/f5b71b6a>

CUSTÓDIO, André Viana; FREITAS, Higor Neves de. **O trabalho infantil indígena no Brasil: um paralelo entre a diversidade cultural e a universalidade dos direitos humanos**. Revista Videre, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 275–300, 2020. DOI: 10.30612/videre.v12i24.11471.

DANTAS, Assíria Marielle da Silva. **Migração infantil indígena warao em recife-pe: as condições de moradia frente a crise da reprodução social capitalista**. XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. Anais do XIV ENANPEGE. 2021.

DOMENE, Fernando Meirinho; SILVA, Jessica De Lucca Da; PODEROSO, Rosana Evangelista; TOMA, Tereza Setsuko; BARRETO, Jorge Otávio Maia. **RUTF (ready-to-use-therapeutic-food): eficácia e segurança no tratamento de crianças com desnutrição grave**. 2024. DOI: 10.13140/RG.2.2.32547.63529.

DUARTE, Samuel Correia; GUAJAJARA, Taywan Morais Clemente. **Interculturalidade na educação escolar indígena na perspectiva decolonial – o caso da CEI Raimundo Lopes na Terra Indígena Guajajara em Grajaú-MA**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. v.13. p.145, 2020. DOI:10.18468/pracs.2020v13n2.p145-163.

EVANGELISTA, Wellem da Silva. (Re)demarcando territórios: **As crianças indígenas Kariri-xocó em face a infância moderna nas relações internacionais**. (Trabalho de conclusão de Curso). Universidade Federal de Sergipe. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Relações Internacionais. Recuperado em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/16137>

FALCÃO, Larissa Caroline dos Santos. **Estado nutricional e de saúde de gestantes indígenas Kaiowá, Guarani e Terena do Mato Grosso do Sul, Brasil.** (Tese Pós-graduação). Programa de Residência Multiprofissional em Saúde. Universidade Federal de Grande Dourados. 2022. Recuperado de: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/5097/1/LarissaCarolinedosSantosFalc%C3%A3o.pdf>

HOLANDA, Marianna Assunção F; ALBUQUERQUE, Fernando Pessoa de; YAMADA, Érika Magami. **Crianças indígenas com deficiência e a violação dos direitos à saúde, territoriais e humanos no Brasil.** v.15, p.1-24, 2020.

FARIAS, Yasmin Nascimento; LEITE, Iuri da Costa; SIQUEIRA, Marilda Agudo Mendonça Teixeira de; Cardoso, Andrey Moreira. **Iniquidades étnico-raciais nas hospitalizações por causas evitáveis em menores de cinco anos no Brasil, 2009-2014.** Cadernos de Saúde Pública. v.35, 2019. DOI: 10.1590/0102-311x00001019.

FAUSTINO, Rosângela Célia; NOVAK, Maria Simone Jacomini; MOTA, Lúcio Tadeu. **Crianças Kaingang em Espaços Urbanos: Aprendizagens Culturais e Sustentabilidade Indígena no Paraná.** Educar Em Revista, v.40, e88551, 2024. <https://doi.org/10.1590/1984-0411.88551>

FÁVARO, Thatiana Regina; FERREIRA, Aline Alves; CUNHA, Geraldo Marcelo da; COIMBRA, Carlos E. A. Coimbra. **Excesso de peso em crianças indígenas Xukuru do Ororubá, Pernambuco, Brasil: magnitude e fatores associados.** Caderno de Saúde Pública [Internet]. v.35, e00056619, 2019. Available from: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00056619>

FERNANDES, Cláudia Monteiro. **Violências contra crianças e adolescentes indígenas Pataxó e Tupinambá no sul da Bahia.** In: IX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural, 2014, Ciudad de Mexico. "Sociedades rurales latinoamericanas. Diversidades, contrastes y alternativas", 2014.

FERREIRA, Ezequiel Martins. **Psicologia: identidade profissional e compromisso social 2.** Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. DOI: 10.22533/at.ed.400212903.

FERREIRA, Aline Alves; SOUZA, Mirian Carvalho de; CARDOSO, Andrey Moreira; HORTA, Bernardo Lessa; SANTOS, Ricardo Ventura; WELCH, James R.; JUNIOR COIMBRA, Carlos E. A. **Birth weight of indigenous children in Brazil: results of the First National Survey of Indigenous People's Health and Nutrition.** Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 37, n. 1, e00228120. Available from: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00228120>.

FERREIRA, Frederic Menezes; OLIVEIRA, Alexandre Cesar Muniz de. **Capítulos da educação indígena na terra Bacurizinho (Grajaú – MA): uma abordagem a partir da concepção dos primeiros educadores.** Revista Multidebates, v.7, n.2 Palmas-TO, abril de 2023. ISSN: 2594-4568. Recuperado em: <https://www.revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/643>

FERREIRA, Paulo Fernando Borges. A literatura infantil indígena como recurso de imersão literária de alunos indígenas. *Jamaxi*, v.6, n.1, 2022. Recuperado de <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/5843>

FERREIRA, Paulo Fernando de Lucena Borges. **Uma reflexão sobre a literatura infantil indígena como recurso de imersão literária de alunos indígenas**. *Anais do XVI JNLFLP. Revista Philologus*, Ano 27, n. 81, p. 2571- 2588. Supl., Rio de Janeiro: CiFEFiL, Set./Dez.2021.

FIDELIS, Roseane Cadete. **Vivências indígenas: a formação social da criança Wapichana de Canaúanim- Cantá / Roraima a partir da experiência do método indutivo intercultural**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, p.109, 2020.

FIGUEIRA, Kátia Cristina Nascimento. **A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva - MS**. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, V. 14, N. 41, p. 296 a 317, ano 2023 ISSN 2177-7691.

FONTES, Thaline Ferreira. **Escola yanomami: construindo uma escola diferenciada**. XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. *Anais do XIV ENANPEGE*. 2021. Recuperado em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV154\\_MD1\\_SA137\\_ID73716112021135019.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA137_ID73716112021135019.pdf).

FRANÇA, Adiane Quelri Valente. **O ensino da língua terena na educação infantil da escola polo municipal indígena alexina rosa figueiredo**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul Programa De Pós-Graduação Em Estudos De Linguagens.

FREITAS, Kunhãjuvi Juma Costa; RIBEIRO, Eduarda Gomes; ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira de. **Crianças Indígenas e o Direito à Vida: Análise de dados de estados da Região Norte do Brasil 2019 – 2021**. *Revista Interdisciplinar*. v.15, n.1, 2022 DOI: <https://doi.org/10.29327/2393773.15.1-7>

GALAMA, Livia Seymour; PINTO, Alessandra Buonavoglia Costa; GARCIA, Angela Maria. **Sociedades sustentáveis e educação ambiental na escola indígena pataxó da reserva da Jaqueira**. *Revbea*, São Paulo, v.16, n. 5, p.462-499, 2021. Recuperado em: <https://www.cotas.org.br/files/downloads/12/SOCIEDADES%20SUSTENT%3%81VEIS%20E%20EDUCA%3%87%3%83O%20AMBIENTAL.pdf>

GAMA, Fernanda Cavalcante; SOUZA, Marilin Pereira de Souza e; SERRÃO, Michelle Carneiro. **Importância da Disciplina de Geografia para a Educação Escolar Indígena**. *UFAM Business Review - UFAMBR*, v.2, n.1, p.13–21, 2020. <https://doi.org/10.47357/ufambr.v2i1.5711>

GHANEM, Ellie; SILVA, Fabio de Oliveira Nogueira da; PELLEGRINI, Diana de Paula. **Escolha de saberes a ensinar na escola indígena: dois casos guarani em São Paulo**. *Caderno de Pesquisa [Internet]*. v.52: e08644, 2022. Available from: <https://doi.org/10.1590/198053148644>

GOMES, Ana Maria R; CORRÊA, Célia Nunes; MIRANDA, Shirley Aparecida de. **História e produção da escrita entre os Xakriabá e os Pataxop de Minas Gerais**. *Tellus*, v. 20, n.43, p.167–192, 2021. <https://doi.org/10.20435/tellus.v20i43.697>

GOMES, Kátia Maria Rodrigues; ANDRADE, Wbaneide Martins de; SANTOS, Carlos Alberto Batista. **As expressões socioculturais e o currículo escolar indígena**. *REVASF, Petrolina- Pernambuco - Brasil*, v. 14, n.33, p. A07 01-34 Abril, 2024 ISSN: 2177-8183. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.11479262>

GOMES, Ubiratã Jorge de Souza. **A educação escolar indígena a partir da aldeia mãe do litoral - Peruíbe - SP: Um Estudo Autobiográfico**. (Tese de Mestrado em Educação). Programa De Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Em Educação. Universidade Católica de Santos. Recuperado em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/7997>

GRAJZER, Deborah Esther; SCHLINDWEIN, Luciane Maria. **Migrações e educação: crianças indígenas Warao em Roraima**. *Perspectiva*, v.41, n.2, 2023. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2023.e86459>

GUERRA, Vania Maria Lescano; FAVARETTO, Priscila. **A constituição do discurso sobre a criança indígena: identidades e violência**. *Revista Desafios – v. 08, n. 02, 2021*. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uftv8-10374>.

HOSS, Eloise Kist. **Etnografia sobre a experiência da ocupação estudantil na escola indígena fen'no da terra indígena toldo chibangue em Chapecó-SC**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal Da Fronteira Sul Campus De Chapecó Curso De Licenciatura Em Ciências Sociais. p.56, 2021.

IRINEU, Mario Felix; CATACHUNGA, Eli Leão. **Educação escolar indígena Tikuna: Quanto a escola está se afastando ou se aproximando do modo de vida dos Tikuna?** *GIGAPP Estudios Working Papers*. ISSN 2174-9515, v.. 9. n..237, págs. 153-167, 2022.

JABRA, Daniel. **“Os brancos estão chegando, trazendo escola, missão e saúde”**: relações yanomami através da escola. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. UFSCAR. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS.

JACOBINA, Tânia Pascoal Metelo; LACERDA, Léia Teixeira. **Contaçon de histórias tradicionais e leitura na alfabetização na escola municipal indígena Pilad Rebuá, Miranda, MS**. *Ethnoscientia*, a. 07, n. 02, 2022, [ISSN: 2448-1998] DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/ethnoscientia.v7i2.12643>

JULIÃO, Geisel Bento; NICÁCIO, Carmelia Manduca. **Ensino de língua indígena wapichana em classes multilíngues em três escolas indígenas em Roraima**. Dossiê temático: Línguas Minoritárias no Brasil, *Sinop*, v. 14, n. 37, p. 83-103, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.30681/rln.v14i37.7749>.

JUNIOR, Edson dos Santos; VARGAS, Caroline Copetti de. **Trabalho infantil indígena nas cidades transfronteiriças de Foz do Iguaçu e Cidade del Leste**. *Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA*, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 6, n. 1, 2022, p. 05-22. Recuperado de: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/3498>

JUNIOR PEREIRA, Lucimar da Silva. **A influência das línguas indígenas brasileiras no vocabulário do português brasileiro**: como abordar o tema na educação infantil?. revista owl (owl journal) - revista interdisciplinar de ensino e educação, v.1, n.3, p.429–448, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10215103>

JUNIOR PEREIRA, Lucimar da Silva. **A visão do brincar na cultura indígena**. Revista FAROL – Rolim de Moura – RO, v. 15, n. 15, p. 94-105, dezembro/2021. Recuperado em: <https://revista.farol.edu.br/index.php/farol/article/view/376/236>

JÚNIOR, Antonio Jorge Pereira; SPOSATO, Karyna Batista; FREITAS, Raquel Coelho de (ORGs) **A Luta pela Proteção Integral: Edição comemorativa dos 30 anos da ECA**. Editora Fundação Fênix, Porto Alegre, 2020.

KADRI, Michele Rocha El; MELO, Bernardo Dolabella; SOUZA E SOUZA, Michele; NOAL, Debora Silva; SERPELONI, Fernanda; PEREIRA, Alessandra Santos. **Curso em saúde mental no contexto da Covid-19 com povos indígenas por meio de ensino remoto**. Trabalho, Educação e Saúde, [S. l.], v. 20, p. 12, 2022. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00333.

KANEKO, Adriana Yuri; STALIANO, Pamela. Abuso sexual de crianças e adolescentes na reserva indígena de Dourados/MS. 74ª Reunião Anual da SBPC. Ciência, Independência e Soberania Nacional. Recuperado de: [https://reunioes.sbpcnet.org.br/74RA/inscritos/resumos/1252\\_11c541c9c760c93c3089680e28134ea32.pdf](https://reunioes.sbpcnet.org.br/74RA/inscritos/resumos/1252_11c541c9c760c93c3089680e28134ea32.pdf)

KARAM, Rhamilly Amud. **Cuidados à criança indígena**: instrumento de avaliação para o profissional de enfermagem / Rhamilly Amud Karam, Hadelândia Milon de Oliveira. Manaus, AM : Ed. das Autoras, 2023. Recuperado em: <https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/8178/1/cuidados%20%C3%A0%20crian%C3%A7a%20ind%C3%ADgena.pdf>

LACERDA, Daniela Lopes. **As concepções de cultura, vida e humanidade em relação ao “infanticídio indígena” na aldeia Kamayurá**. Revista Ciências da Sociedade (RCS), Vol. 5, n. 9, p. 26-38, Jan/Dez 2021. Recuperado de <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistacienciasdasociedade/article/view/1959>

LAUDI, Laudineia Barros da Cost; CLEIRY, Cleiry Simone Moreira da; FERNANDO, Fernando. **Cultura del cuidado de los indígenas con niños**. Cultura De Los Cuidados, v.27 n.65, p.185–198, 2023. <https://doi.org/10.14198/cuid.2023.65.15>

LIBARDI, Suzana Santos; SILVA, Alana Gabriela Barros Doia da. **Crianças indígenas no Brasil**: qual a contribuição das pesquisas em psicologia?. Revista de Psicologia. v.12., p.48-60, 2020. DOI: 10.36517/revpsiufc.12.1.2021.4.

LIMA, Rayanne de Sales. **Crianças indígenas visíveis são crianças com direitos: as crianças indígenas na agenda política da proteção da infância no Brasil**. Tese (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. 2021.

LIMA, Natã Souza. **Relações de sangue e afinidade**: violência sexual, família e parentesco na Amazônia. 2022. 179 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022.

LOCATELLI, Rosimar; REZENDE, Ribeiro Janaina de. **Infância Indígena Apinayé: reflexões sobre o ser criança na aldeia**. Revista Brasileira De Educação Do Campo, v.8, e15692, 2023. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e15692>

LOPES, Maria Angela Paulino Teixeira; LEURQUIN, Eulália Vera Lúcia Fraga; DOLZ, Joaquim. **Ensino de línguas em contextos multilíngues**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas. Scripta – v. 1, n. 1, 1997 – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2023.

LUCENA, José Rodolfo Mendonça de. **Epidemiologia da anemia de crianças e adolescentes Xavante nas terras indígenas Pimentel Barbosa e Wedezé, Mato Grosso**.(Tese doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro. p.137. 2020.

LUCIANO, Rosenilda Rodrigues de Freitas; SIMAS, Hellen Cristina Picanço; GARCIA, Fabiane Maia. **Políticas públicas para indígenas: da educação básica ao ensino superior**. Interfaces da Educação, v.11, n.32, p.571–605, 2020. <https://doi.org/10.26514/inter.v11i32.4009>

MACIEL, Vanizia Barboza da Silva; COCA, Kelly Pereira; CASTRO, Lucíola Sant’Anna de; ABRÃO, Ana Cristina Freitas de Vilhena. **Diversidade alimentar de crianças indígenas de dois municípios da Amazônia Ocidental brasileira**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. v. 26, n. 07, pp. 2921-2928, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.14232019>>.

MADARIAGA, Marcella Leona Pinheiro; MAYNARD, Dayanne da Costa. **Aleitamento materno e introdução da alimentação complementar: uma análise de povos indígenas**. Research, Society and Development. v.9, 2020. 10.33448/rsd-v9i8.6171.

MARINHO, Gerson Luiz; BORGES, Gabriel Mendes; PAZ, Elisabete Pimenta Araújo; SANTOS, Ricardo Ventura. **Mortalidade infantil de indígenas e não indígenas nas microrregiões do Brasil**. Revista Brasileira de Enfermagem [Internet]. v.72 n.1, p.57-63, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0646>

MARQUI, Amanda Rodrigues; MIRANDA, Xanda de Biase. Perspectivas etnográficas e infâncias indígenas: modos de ser das crianças asuriní e baniwa. Revista Da FUNDARTE, v.42, n.42, p.01–28, 2020. <https://doi.org/10.19179/2319-0868.789>

MARTINS, Daniel Ganzarolli **Jajogueroguata teko porã re**: ensino de ciências e alianças afetivas junto às escolas municipais MBYA Guarani em Maricá (RJ). Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação. p.234, 2023.

MATTAR, Sumaya. **Acervo de múltiplas vozes [recurso eletrônico]** : narrativas de experiências com Arte e Educação (vol. 1). São Paulo : ECA-USP, 2021. PDF, p.257.DOI: <https://doi.org/10.11606/9786588640463>

MATTOSO, Maria Goretti da Silva; BRUNO, Marilda Moraes Garcia; NOZU, Washington Cesar Shoiti. **Avaliação e inclusão de criança indígena com paralisia cerebral e baixa visão na educação infantil**. Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, [S. l.], v.1, p.35 – 52, 2020. DOI: 10.18227/2675-3294repi.v1i1.6258. Disponível em: <https://revista.ufr.br/repi/article/view/e20203>.

MATTOSO, Maria Goretti da Silva; BRUNO, Marilda Moraes Garcia; NOZU, Washington Cesar Shoiti. **Identificação de deficiências entre crianças indígenas nas aldeias de Dourados/MS**. Temas em Educação e Saúde , Araraquara, v. 16, n. 1, p. 21–39, 2020. DOI: 10.26673/tes.v16i1.13503. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/13503>.

MELLO, Dagmar e SILVA, Leiliane Domingues da. **Educação infantil para os curumins**. Revista De Estudos Interdisciplinares , v.3 n.5, 124–136, 2021. Recuperado de <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/268>

MELO, Sílvia Mara de. **O conceito de Identidade/Subjetividade e o processo de adoção de crianças indígenas no Mato Grosso do Sul**. Revista Heterotópica, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 124–138, 2021. DOI: 10.14393/HTP-v3n2-2021-61237.

MESQUITA, Rodrigo; MENEZES, Adriane Melo de Castro. (2020). **Da língua ameaçada às políticas de fortalecimento: aspectos da situação sociolinguística dos asurini do Xingu**. Editora Atena. 2020. DOI: 10.22533/at.ed.66820160917.

MIRANDA, Marina Rodrigues; VAGO-SOARES, Maria Angélica. **Experiências de escrita e escuta literária na cosmologia indígena com crianças em diferentes contextos culturais**. Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino, n.10, jun. 2021. DOI: 10.47456/krkr.v1i10.32992.

MONTEIRO, Ercila Pinto; ZULIANI, Silvia Regina Quijadas Aro. **A Abordagem Intercultural nas Escolas Indígenas Tikuna do Amazonas: o Ensino de Química**. Ciência & Educação (bauru), v.26, e20059, 2020. <https://doi.org/10.1590/1516-731320200059>

MORAES, Aline Oliveira dos Santos. **Perfil alimentar de crianças indígenas Yanomami de seis a 59 meses, segundo o grau de processamento dos alimentos**. (Tese de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Nutrição e Alimentos. Universidade Federal de Pelotas. 2021. Recuperado em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/8649>

MORAIS, Ana Radig Denne Lobão. **Oitiva de indígenas crianças vítimas ou testemunhas de violência: escuta especializada e depoimento especial**. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 9, n. 2, p. 187-204, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/revistainsurgncia.v9i2.49357.

MORAIS, Clotildes Martins. **Crianças kaiowá e guarani em uma escola urbana da cidade de dourados/ms.universidade federal da grande dourados**. (Tese de Mestrado em

Antropologia). p.135, 2020 Recuperado em:  
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio.7>

MOREIRA, Rosângela Gomes; ZOIA, Alceu. **Educação escolar indígena e a produção de material didático específico**. Eventos Pedagógicos, v.12,n.1, p.240-264, 2021.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Kruk, Kuruk, Kuruca**: genocídio e tráfico de crianças no Brasil imperial. História Unisinos [online]. 2020, v.24, n.3, p.390-404. Recuperado de:  
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579865460006>

MOSCARDINI, Lígia Egídia; FARGETTI, Cristina Martins. **Fundamentos e práticas de alfabetização de crianças pelos conhecimentos indígenas**. LIAMES: Línguas Indígenas Americanas. v.22. e022020, 2022. 10.20396/liames.v22i00.8671620.

MOTA, Denis Rodrigues. **A educação cultural indígena pelo viés da descolonização nas escolas municipais de Boa Vista/Roraima**. (Tese de Mestrado em Educação). Universidade Federal de Roraima Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado em Educação. p.123. 2023.

MUNIZ, Ádria Soyara Sampaio de Sousa; PELLEGRINI, Marcos Antonio; BARRETO, Tércia Millene de Almeida Costa; FERKO, Georgia Patrícia da Silva; SOUSA, Adna Synara Sampaio de. **Cultura e espaço de cuidado às crianças indígenas**: adaptação cultural hospitalar na perspectiva dos profissionais. Cuadernos De Educación Y Desarrollo, v.16, n.3, 2024. <https://doi.org/10.55905/cuadv16n3-089>

NETO, João Paulino Da Silva; GIL, Pamela Alves. **A mitologia como transmissão oral da educação infantil dos yanomami para sua integração social**. Resistances. Journal of the Philosophy of History. 3, e21083, 2022. DOI: 10.46652/resistances.v3i5.83.

NEUMANN, Mariana Menezes; RIZZINI, Irene. **Decolonialidade e Infância: herança colonial e conexão das crianças com a natureza**. O Social em Questão - Ano XXVI - nº 56 - Mai a Ago/2023 O Social em Questão - Ano XXVI - nº 56 - Mai a Ago/2023. p.39.70. Recuperado em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/62278/62278.PDF>.

NEVES, Josélia Gomes; MACHADO, Edneia Maria Azevedo; PAULA, Luciana Castro de. **Entre as crianças indígenas zaimã e tauhitê**: Roquette-Pinto e os povos Pareci e Nambikuara. Revista Exitus, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e022081, 2022. DOI: 10.24065/2237-9460.2022v12n1ID1946. Disponível em:  
<https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1946>.

NOAL, Mirian Lange; SILVA, Denise. **Crianças pequenas terena**: reencontros ancestrais em tempos de pandemia. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1332-1363, dez./dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22nespp1332>

NOZU, Washington Cesar Shoiti. **Educação especial e educação do/no campo** : sujeitos, movimentos e interfaces. 1. ed. Campos dos Goytacazes, RJ : Encontrografia Editora, 2023. Recuperado em:  
<https://encontrografia.com/educacao-especial-e-educacao-do-no-campo-sujeitos-movimentos-e-interfaces/>

OLIVEIRA, Assis da Costa. **Referências institucionais para a produção descolonial dos direitos das indígenas crianças:** os casos do trabalho infantil e da violência sexual. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS Vol. 12 Nº 24, Julho - Dezembro de 2020b. DOI: <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v12i24.11916>

OLIVEIRA, Assis da Costa. **Fronteira Tapajós e direitos das crianças: impactos sociais de grandes empreendimentos econômicos.** Civitas: revista de Ciências Sociais, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 53–64, 2020a. DOI: 10.15448/1984-7289.2020.1.33977.

OLIVEIRA, Assis da Costa. As indígenas crianças e a Doutrina da Proteção Plural / The Children Indigenous and the Doctrine of Plural Protection. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 1444–1469, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/61154>.

OLIVEIRA, Nelma Catulino de. **Educação escolar indígena:** processos de implementação e efetividade das políticas educacionais na comunidade Porto Praia de Baixo (TEFÉ-AM). Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Amazonas Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH. Manaus- AM. 2022.

OLIVEIRA, Nelma Catulino; RAPOZO, Pedro Henrique Coelho. **A luta pela identidade indígena e a educação escolar na comunidade porto praia de baixo (TEFÉ-AM).** Nova Revista Amazônica - Volume xi - nº 01 - julho 2023 - ISSN: 2318-1346. Recuperado em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/12877>

ORELLANA, Jesem Douglas Yamall; GATICA-DOMÍNGUEZ, Giovanna; VAZ, Juliana dos Santos; NEVES, Paulo Augusto Ribeiro; DE VASCONCELLOS, Ana Claudia Santiago de; HACON, Sandra de Souza; BASTA, Paulo Cesar. **Intergenerational Association of Short Maternal Stature with Stunting in Yanomami Indigenous Children from the Brazilian Amazon.** International Journal of Environmental Research and Public Health, v.18, p.9130, 2021. <https://doi.org/10.3390/ijerph18179130>

PACHECO, Rosely Aparecida Stefanés; RIO, Gilmar; PACHECO, Isabela Stefanés. **Vítimas “invisíveis”:** impactos da pandemia Covid-19 para as crianças, adolescentes e jovens indígenas Guarani e Kaiowá. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 9, n. 2, p. 293–316, 2023. DOI: 10.26512/revistainsurgencia.v9i2.47373. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/47373>.

PEDROSA, Neide Borges; Vieira, Carlos Magno Naglis; NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista; ISOBE, Rogeria Moreira Rezende. **As experiências escolares de professoras Guaranis e Kaiowás em estudos de sua autoria.** Revista Intersaberes, [S. l.], v. 17, n. 41, p. 435–448, 2022. DOI: 10.22169/revint.v17i41.2403. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2403>.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; COSTA, Maria Aparecida Alves da; NASCIMENTO, Karla Angélica Silva do. **Os pequenos curumins:** O estado do conhecimento da produção científica sobre crianças indígenas. Revista Teias, v.25, n.76, p.42–55, 2024. <https://doi.org/10.12957/teias.2024.78870>

PEREIRA, Magali Cecili Surjus. **Aspectos do desenvolvimento de crianças Kaingáng.** Revista Terra & Cultura: Cadernos De Ensino E Pesquisa, v.10 n.22, p.2-6 2021. Recuperado de <http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistatest/article/view/1879/1993>

PICOLI, Rúbria Liziero; FERREIRA, Lisiane Seguti. **Doenças neurológicas em crianças e adolescentes indígenas do Hospital Universitário de Brasília.** Residência Pediátrica, v.9, n.3, p.216-221, 2019. DOI: 10.25060/residpediatr-2019.v9n3-04. DOI: 10.25060/residpediatr-2019.v9n3-04

PINTO, Maria Auxiliadora Coelho. **Educação escolarizada e intercultural nas escolas de fronteira.** 5º EPPPAC. Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe. 2019. Recuperado em: <https://epppac.com.br/wp-content/uploads/2021/07/EPPPAC19-011-EDUCACAO-ESCOLARIZADA-E-INTERCULTURAL-NAS-ESCOLAS-DE-FRONTTEIRA.pdf>

PIRES, Valentim. **Ore mbo'e ypy omboheko mitã.** Aproximações aos conhecimentos e práticas para a construção da criança guarani na aldeia pirajuy, Paranhos, MS. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Grande Dourados. p.90, 2022.

PORTO, Helânia Thomazine; BONIN, Jiani Adriana. **A educação indígena Pataxó: entre distopias e utopias.** Tellus, v.20, n.41, 2020. <https://doi.org/10.20435/tellus.v20i41.648>

QUEIROZ, Silvia Fernanda de Jesus. **Indígenas Terena e as novas tecnologias: a percepção de professores da escola situada na aldeia tereré Sidrolândia/ Mato Grosso do Sul.** Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande, MS : 79 p. 2023.

RATUSNIAK, Célia; MAFRA, Ivanilde dos Santos; SILVA, Vanderlete Pereira da. **A travessia das infâncias no Amazonas no contexto de distanciamento social.** Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1364-1382, dez./dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22nespp1364>

RAUPP, Ludimila; CUNHA, Geraldo Marcelo; FÁVARO, Thatiana Regina; SANTOS, Ricardo Ventura. **Saneamento básico e desigualdades de cor/raça em domicílios urbanos com a presença de crianças menores de 5 anos, com foco na população indígena.** Cadernos De Saúde Pública, v.35, e00058518, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00058518>

REIS, Suelen Rotela dos; LEMOS, Everton Ferreira; PÍCOLI, Renata Palópoli. **Estado nutricional pré-gestacional e peso ao nascer em crianças indígenas, no Mato Grosso do Sul.** Perspectivas Experimentais e Clínicas Inovações Biomédicas e Educação em Saúde (PECIDES). v. 9, n. 2, p. 38, 31 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.55028/pecibes.v9i2>

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Ameríndia: entre saberes, culturas e história dos mundos nativos.** 1. ed. Rio de Janeiro : Autografia, p.310, 2020. Recuperado de: [https://mundosnativos.com.br/wp-content/uploads/2021/03/RESENDE-Maria-Le%C3%B4nia-Chaves-org.\\_Amer%C3%ADndia-2020.pdf](https://mundosnativos.com.br/wp-content/uploads/2021/03/RESENDE-Maria-Le%C3%B4nia-Chaves-org._Amer%C3%ADndia-2020.pdf)

RESTERICH, Jéssica Fátima de Souza. **A valorização do ensino da astronomia indígena na educação brasileira.** (Tese de Mestrado Profissional em Astronomia). Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, Joaquim Hudson de Souza; COIMBRA, Susana Maria Gonçalves; LEME, Vanessa Barbosa Romeira. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: resiliência e protagonismo na amazônia.** International Journal of Developmental and Educational Psychology INFAD. Revista de Psicologia, n.2, 2019. ISSN: 0214-9877. pp:215-226. DOI: <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2019.n2.v1.1690>

RIBEIRO, Laisa Arlene Sales. **Cultura de Resistência entre Memórias e Imaginação à Materialização:** Meninos/homens kaingang na contemporaneidade na Terra Indígena Guarita/RS. Tese (Mestrado em Antropologia). Pelotas, p.115, 2021.

ROCHA, Edimar da; ZOIA, Alceu. **A Criança Indígena Negarotê, sua Infância e a Cultura do Brincar nos seus Territórios.** In: ANAIS PRINCIPAIS DO SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO (SEMIEDU), 29. , 2021, Cuiabá. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021 . p. 693-701. ISSN 2447-8776.

ROCHA, Patrícia Graciela da; HAMEL, Rainer Enrique. **A educação escolar indígena e as políticas linguísticas para o plurilinguismo:** uma breve análise do caso te'ykue. Travessias Interativas, São Cristóvão-SE, v. 10, n. 22, p. 32–52, 2020. DOI: 10.51951/ti.v10i22. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Travessias/article/view/15314>.

RODRIGUES, Laudinéa de Souza. **Entre o igarapé e a escola: fazeres infantis de crianças gavião ikolen com e na natureza.** Dossiê - Crianças e culturas infantis: diversidades de olhares, p. 27 - 41, 2022 UNIFIMES – Centro Universitário de Mineiros.

ROSAS-JIMÉNEZ, Carlos; TERCAN, Engin; HORSTICK, Olaf; IGBOEGWU, Ekeoma; DAMBACH, Peter; LOUIS, Valérie R.; WINKLER, Volker; DECKERT, Andreas. **Prevalence of anemia among Indigenous children in Latin America:** a systematic review. Revista de Saúde Pública [online]. v. 56, n.99. Available from: <<https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056004360>>.

ROSSI, Isabela Barros de; PEREIRA, Luciano Meneguetti. **Universalismo e relativismo cultural:** um estudo sobre a prática do infanticídio indígena no brasil. Revista Juris UniToledo, [S. l.], v. 5, n. 01, p. 82–102, 2023. Disponível em: <https://wyden.periodicoscientificos.com.br/index.php/jurisunitoledo/article/view/174>.

SÁ, Maria José Ribeiro de. **Na escola da floresta:** pedagogias Tentehar. Natal, Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. p.204, 2021.

SÁ, Maria José Ribeiro de; ALMEIDA, Maria da Conceição de. **A formação da pessoa na educação Tentehar.** Tellus, v.23 n.50, p.349–365, 2023. <https://doi.org/10.20435/tellus.v23i50.858>

SAKAMOTO, Marcos Takashi; FIGUEIRA, Kátia Cristina Nascimento. **A produção do conhecimento sobre os projetos pedagógicos das escolas indígenas da etnia terena em**

**MS, no catálogo de teses e dissertações da capes 2013-2020.** ANAIS do ENIC. 2022. Recuperado de <https://anaisonline.uems.br/index.php/enic/article/view/7840>

SANTIAGO, Victor; DOURADO, Maysa Cristina; BARBOSA, Bruna Carolini. **Vozes da infância em diferentes modalidades e contextos** [livro eletrônico]. Rio Branco: Edufac, p.107, 2023.

SANTINO, Fernando Schlindwein; CIRÍACO, Klinger Teodoro; PRADO, José Henrique. **Interculturalidade e infância indígena no contexto urbano: concepções de um grupo de professoras da Educação Infantil.** Interações (Campo Grande) [Internet]. v.22 n.2 p.653–69, 2021 Apr. Available from: <https://doi.org/10.20435/inter.v22i2.3019>

SANTOS, Angelita Verônica dos. **Estudos e letramentos de crianças kaingang em maringá: uma experiência da assindi com a comunidade indígena do ivaí.** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual De Maringá Centro De Ciências Humanas, Letras E Artes Programa De Pós-Graduação Em Educação. Maringá, p.138, 2022.

SANTOS, Eliziane dos; BRUM, , Crhis Netto de; LIMA, Jeane Barros de Souza; POTRICH, Tassiana; ZUGE, Samuel Spiegelberg; LEITE, Ana Maria Belino Correa; CHIAVON, Susane Dal. **Da universidade para a aldeia: vivências da enfermagem no cuidado à saúde da criança indígena.** Rev Enferm Atenção Saúde [Internet]; v.12, n.2, :e202392, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18554/reas.v12i2.4908>

SANTOS, Iramar Lage; SARMENTO, Manuel Jacinto. **Crianças indígenas e infância no brasil: experiências sociais em contexto intercultural.** Encontro Nacional de Jovens Investigadores em Educação. VI ENJIE. v.4, p.166-173.

SANTOS, Jilnete Silva; SILVA, Paulo de Tássio Borges da. **Crianças indígenas no Sul da Província da Bahia Oitocentista: notas para uma história das crianças indígenas no Extremo Sul Baiano.** Revista de Estudos Indígenas de Alagoas –Campiô. Palmeira dos Índios, v. 2, n. 2, p. 23-39. 2023.

SANTOS, Mávera Teixeira; REPETTO, Maxim. **Educação escolar indígena: uma reflexão a partir da experiência na Escola Estadual Indígena Adolfo Ramiro Levi, Terra indígena Serra da Moça, Boa Vista/ RR.** Articulando e Construindo Saberes, Goiânia, v. 5, 2020. DOI: 10.5216/racs.v5.64451. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/64451>.

SAVILOLO, Ana Carolina. **Religião e política: a bandeira da “luta contra o infanticídio indígena” e o controle de corpos de mulheres e crianças indígenas.** Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 16 n. 1 Junho. 2021 ISSN 2318-101x (on-line) ISSN 1809-5968 (print). DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2021.v16.30771>

SILVA, Adriana Alves da; SILVA, Vanderlete Pereira da. **Infância e a luta das mulheres: resistência plurais, feminismos e pedagogias descolonizadoras.** Revista Interinstitucional Artes de Educar, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 184–207, 2022. DOI: 10.12957/riae.2022.65323. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/65323>.

Silva, Adriana Alves da; Silva, Vanderlete Pereira da. **Infâncias e a Luta das Mulheres: Resistência Plurais, Feminismos e Pedagogias Descolonizadoras**. Revista Artes de Educar. 2022.

SILVA, Alana Gabriela Barros Doia da. Que história é essa? Levantamento bibliográfico de artigos em História sobre infâncias indígenas no Brasil. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Alagoas. Curso de Licenciatura em História. p.22, 2022.

SILVA, Josiani Mendes. **Educação escolar indígena em São Gabriel da Cachoeira/AM: um pouco de história**. *ODEERE*, v.5 n.10, p.70-100, 2020.. <https://doi.org/10.22481/odeere.v5i10.7578>.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel da. **Letramento em línguas indígenas na retomada de saberes ancestrais**. *Tellus*, v.20 n.43, p.251–272, 2021. <https://doi.org/10.20435/tellus.v20i43.705>

SILVA, Maria Rosa da; NUNES, Jéssica Ferreira; MERCADO, Elisângela. **Direitos da Criança Hospitalizada**. Arapiraca: Eduneal. 2022 p.: il.Disponível em: <https://www.eduneal.com.br/produto/direitos-da-crianca-hospitalizada/>

SILVA, Rogério Correia da. **A criança indígena nas pesquisa em educação: balanço de uma década de estudos**: El niño indígena en la investigación educativa: balance de una década de estudios. *Revista INTER EDUCA*, v.5 n.1, p.1–20, 2023. <https://doi.org/10.53660/RIE.072.101>

SILVA-NUNES, Mônica da; ALVES, Cristiano Lucas de Menezes; OLIVEIRA, Mauricio Viana Gomes de; HANG, Adriana Tavares; ESCOBAR, Ana Lúcia. **Baixa estatura e fatores associados entre crianças indígenas Wari’, no oeste do estado de Rondônia, Brasil**. *South American Journal of Basic Education, Technical and Technological*, v.10 n.3 2024. Recuperado de <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/4409>

SIMÃO, Ivanise Tourinho. **Aspectos legais e educação escolar indígena no Brasil**. Periódico Multidisciplinar da Facility Express Soluções Acadêmicas (FESA), [S. l.], Out. 2022 v.1, n. 19, 58-70 ISSN: 2676-0428.

SIMÃO, Ivanise Tourinho. **Princípios da educação escolar indígena no resgate da língua kokama**. Periódico Multidisciplinar da Facility Express Soluções Acadêmicas. v.1, n. 16, 52-70 ISSN: 2676-0428, Jul. 2022.

SIMAS, Hellen Cristina Picanço; MENEZES, Reinaldo Oliveira; JESUS, Marcineuza Santos de. **O desafio amazônico da inclusão de disciplina sobre Educação Escolar Indígena no processo de formação inicial docente não indígena**. *Revista Thema*, v. 22, n.1, p.12-28, 2023.

SOARES, Alessandra Assis de Oliveira; TEIXEIRA, Lilian Aguilar. **Relato do processo de criação da biblióca, a primeira biblioteca indígena do Mato Grosso**. 29º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Biblioteca por um Mundo Melhor. Recuperado em:<https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2627/2477>

SIMIONI, Fabiane; CARLOS, Paula Pinhal de; SILVA, Vanessa Ramos da. **Diferença Cultural como "Rótulo"**: Percepções do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul Sobre Maternidades e Infâncias Indígenas. *Direito Público*, v.20, n.106, 2023. <https://doi.org/10.11117/rdp.v20i106.7156>

SOARES, Priscilla Alyne Sumaio; FARGETTI, Cristina Martins. **Línguas indígenas de sinais**: pesquisas no Brasil. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, Campinas, SP, v. 22, n. 00, p. e022004, 2022. DOI: 10.20396/liames.v22i00.8667592. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/8667592>.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarac. **Violência Simbólica e Práticas Escolares: um estudo com crianças indígenas**. *Educação - Santa Maria*. v. 47. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao>.

SODRÉ, Liana Gonçalves Pontes; BORGES, Luzineide Miranda; SILVA, Paulo de Tássio Borges da. **Apresentação - Dossiê**. *Infâncias e Crianças Indígenas, Quilombolas e de outros Povos Tradicionais: (re) existências e agenciamentos*. *Argumentos Pró-Educação*, v.5. 2020 <https://doi.org/10.24280/10.24280/ape.v5.e825>

SOEIRO, Bárbara. **Cordilheira de amora II**: Detritos de infância Guarani-Kaiowá. *Revista Tabuleiro de Letras*, v. 16, n. 01, p. 34-44, jan./jun. 2022. DOI: <https://dx.doi.org/10.35499/tl.v16i1>

Sousa, Antonia Gomes de; Soares, Cássia Fontinele; Abreu, Diuly Gonçalves de Araújo; Damasceno, Kananda de Souza Mendes; Silva, Michelle de Sousa; Rebelo, Solange dos Santos; Souza, Waldirene Batista de. **Crianças indígenas kaiapó na rede regular de ensino: um estudo de caso da escola municipal de ensino fundamental pastor Joverci Alves, em Redenção - PA**. *Revista Foco*, v.17, n.5, e5068, 2024. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n5-046>

SOUSA, Emilene Leite de. **Etnografia com crianças em tempos de pandemia: uma reflexão ético-metodológica**. *Caderno de Pesquisa [Internet]*. v.52, :e09122, 2022. Available from: <https://doi.org/10.1590/198053149122>

SOUZA, Bruna Costa Mariano Ferregueti; BARROS, Laura Juliana Neris Machado; MATOS, Maristela Bortolon de. **Literatura infantil indígena**: práticas pedagógicas de interdisciplinaridade e interculturalidade. *Interfaces da Educação*, v.11, n.33, 2020 266–281. <https://doi.org/10.26514/inter.v11i33.4406>.

SOUZA, Fátima Rosane Silveira; MENEZES, Ana Luisa Teixeira de. **De escola colonizadora a lugar de resistência étnica**: A escola indígena específica e diferenciada que querem os povos Mbya Guarani. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v.28 p.164, 2020. <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4770>

SOUZA, Gisele Aparecida Soares Cunha de; BONFIM, Rafaela Oliveira; ORFAO, Nathalia Halax. **Carga da tuberculose e perfil sociodemográfico de crianças e adolescentes indígenas em um Estado da Amazônia ocidental, Rondônia, Brasil**. *Revista Médica de Minas Gerais*. v.32, 2022. 10.5935/2238-3182.2022e32115.

SOUZA, Karla Alessandra Alves de; NAZARENO, Elias. Experiências indígenas com a escrita: apropriação, impasses, desafios e possibilidades: educação intercultural e “A queda do Céu”. *Articulando e Construindo Saberes*, Goiânia, v. 5, 2020. DOI: 10.5216/racs.v5i.62341. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/62341>.

SOUZA, Maria Leidiane Barboza.; RIBEIRO, Vivian Florêncio; BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro; ARAÚJO, Patrícia do Socorro Chaves de. **Brincadeiras Indígenas do Povo Tembé do Alto Rio Guamá: Diálogo entre a Tradição e a Modernidade**. LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer, v.22, n.2, p.452–475, 2019. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.13575>

SOUZA, Maximiliano Loiola Ponte de. **Mortalidade por suicídio entre crianças indígenas no Brasil**. Caderno de Saúde Pública. v.35, Supl. 3:e00019219, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00019219>.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; GSCHWENDTNER, Geanne. **Colonialidade de gênero e a violência sexual: uma reflexão a partir da comunidade indígena Yanomami**. JURIS - Revista Da Faculdade de Direito, v.32, n.1, p. 93–107, 2023. <https://doi.org/10.14295/juris.v32i1.15520>

SOUZA, José Valderi Farias de. **Crianças indígenas nos espaços da aldeia: desafios da pesquisa. Anãsi: Revista de Filosofia, [S. l.]**, v. 2, n. 2, p. 112–122, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/anansi/article/view/13458>

STALIANO, Pamela; KANEKO, Adriana Yuri; MONDARDO, Marcos. **Violência Sexual Infantojuvenil Indígena: da Vulnerabilidade Social à Articulação de Políticas Públicas**. Estudos E Pesquisas Em Psicologia, v.22, n.4, p.1436–1457, 2022. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.71745>

TAPIRAPÉ, Nivaldo Korira’i; FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara. **A Educação da Criança Apyãwa-Tapirapé: uma reflexão na perspectiva cultural**. *In: Anais Principais do Seminário de Educação (Semiedu)*, v.29, 2021, Cuiabá. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, p. 760-764, 2021. ISSN 2447-8776.

TAVARES, Dailme Maria da Silva; SILVA, Tavares iana Rosa Maria da. **Leitura e Contaçon de Histórias na Aldeia Guajajara Taywá em Barra do Corda, Maranhão**. Anais do III Seminário Nacional de Línguas e Linguagens da UFMS/CPAQ, v.1, p. 239, 2021.

TEMBÉ, Bruna Reis de Souza; SACUENA, Eliene Rodrigues Putira; LIMA, Nyvia Cristina dos Santos; MESQUITA, Deisiane da Silva; PARENTE, Andressa Tavares; CASTRO, Nádile Juliane Costa de. **Cuidados à criança indígena Tembé no acompanhamento do crescimento e desenvolvimento: um estudo de reflexão**. Esc Anna Nery [Internet]. 2023; v.27 e20220422. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2022-0422pt>

THEVES, Denise Wildner; BRUSCATO, Andrea. **Andanças, mapas e narrativas que (geo)grafam as aprendizagens das crianças Mbya Guarani**. PAIDEIA, n. 26. Universidad Surcolombiana. Facultad de Educación, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25054/01240307.3009>

TIRIBA, Lea; VOLLGER, Amanda; PEREIRA, Jéssica. **Buscando inspiração entre povos indígenas brasileiros para educar as crianças em conexão com a Terra**. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v.38, n.3, p.98–116, 2021. <https://doi.org/10.14295/remea.v38i3.13522>

TROQUEZ, Marta Coelho Castro Troquez; SILVA, Marcela Guarizo da. **Crianças indígenas em escolas urbanas: da educação inclusiva à educação inter/multicultural**. Tellus, Campo Grande, MS, ano 20, n. 43, p. 11-32, set./dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.vi43.682>.

VALTIERRE, Tainara Prestes; ARAÚJO, Jordeanes do N. **A importância da pintura corporal nas crianças indígenas: ritual e passagem na cultura tenharin kagwahiva**. RECH-Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. Vol VII, núm. 2, jul-dez, 2023, pág. 140-162.

VARGAS; Vera Lúcia Ferreira; CASTRO, Iára Quelho de; NETO, Miguel Rodrigues de Sousa . **Diferenças & alteridades [recurso eletrônico]** : abordagens e perspectivas dos estudos culturais. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2022. Recuperado em: <https://editora.ufms.br/produto/diferencas-e-alteridades-abordagens-e-perspectivas-dos-estudo-s-culturais/>

VEAS, Maria Regina Lins Brandão; PÁDUA, Karla Cunha. **Potencialidades da Educação Intercultural na Aldeia Muã Mimatxi**. ODEERE, v.7, n.3, p.45-63, 2022. <https://doi.org/10.22481/odeere.v7i3.11259>

VIANA, Paulo Victor de Sousa; CODENOTTI, Stefano Barbosa; BIERRENBACH, Ana Luiza; BASTA, Paulo Cesar. **Tuberculose entre crianças e adolescentes indígenas no Brasil: fatores associados ao óbito e ao abandono do tratamento**. Caderno de Saúde Pública [Internet]; v.35, :e00074218, 2019.. Available from: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00074218>

VICENTE, Cynthia Thayse Vieira; SILVA, Gabriel Martins da. **Infanticídio indígena: Conflitos entre tradição cultural e direitos humanos**. Rev. Cadernos de Campo, Araraquara, v. 23, n. 00, e023022, 2023. e-ISSN: 2359-2419. DOI: <https://doi.org/10.47284/cdc.v23i00.18312>

VIEIRA, Carlos Magno Naglis; NASCIMENTO, Adir Casaro. **Ser criança indígena terena no espaço da cidade: cultura, escola e brincadeira**. Educação, [S. l.], v. 43, n. 1, p. e31080, 2020. DOI: 10.15448/1981-2582.2020.1.31080. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/31080>.

VIEIRA, Carlos Magno Naglis; NASCIMENTO, Adir Casaro; URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera. **O currículo e a produção das identidades/diferenças de crianças indígenas em espaço escolar**. Reflexão E Ação, v.28, n.1, p.21-33, 2020. <https://doi.org/10.17058/rea.v28i1.11711>

VILAMAIOR, Maria Elisa; LACERDA, Léia Teixeira; PINTO, Maria Leda. **Voos literários com crianças indígenas e não indígenas na perspectiva intercultural**, Campo Grande, MS. Revista de Educação Pública, [S. l.], v. 30, n. jan/dez, p. 1–20, 2021. DOI:

10.29286/rep.v30ijan/dez.12862.

Disponível

em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1286>.

VOGARIN, Tissiane Peixoto; BORGES, Elizabete Velter; CHAVES, Luciana Amâncio. **Língua materna das crianças indígenas: alfabetização nos anos iniciais**. Anais do seminário formação docente: Intersecção Entre Universidade e Escola, v.4, n.4, p. 1–12, 2021. Recuperado de <https://anaisonline.uems.br/index.php/seminarioformacaodocente/article/view/7474>

ZAMBIASI, Josiele; OLIVEIRA, Lara Alves de. **Violência sexual contra crianças nas aldeias indígenas**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.8, n.04, abr. 2022. ISSN - 2675 – 3375. DOI: [doi.org/ 10.51891/rease.v8i4.5153](https://doi.org/10.51891/rease.v8i4.5153)